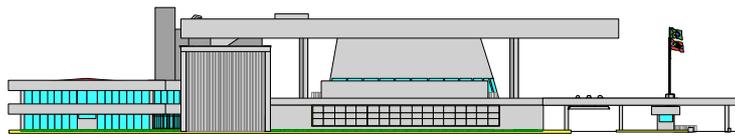


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.855

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1868
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 006ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 20/02/2008.....2

Atos da Mesa
Ato da Presidência.....18

Publicações Diversas
Edital18
Projetos de Lei.....18
Redação Final20
Requerimento.....20

PLENÁRIO

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Presta homenagem ao Rotary Clube de Santa Catarina, ao Rotary Clube do Brasil e ao Rotary Clube Internacional.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca as ações de secretários de estado de seu partido, o PSDB, dentro do governo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do secretário de Finanças, do município de Canoinhas.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença do prefeito municipal de Rio Fortuna, sr. Néri Vandresen.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e várias lideranças, do município de Garuva.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comunica que o presidente Lula fará a assinatura do decreto que retira o Besc do processo de privatização; fala da criação da unidade da Procuradoria do INSS no extremo oeste.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Enaltece o governador Luiz Henrique da Silveira pelos investimentos em Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Genésio Goulart pelas palavras de solidariedade ao governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do vereador, sr. Jovino Cardoso Neto, do município de Blumenau.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala sobre ação do TSE contra o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar pelas suas colocações e pelo trabalho que tem feito no planalto norte de Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Tece críticas ao advogado Gley Sagaz.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza o deputado José Natal pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Refere-se ao seu partido, Democratas.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Fala da aprovação de projeto de lei, de sua autoria, que prevê a reparação do calçamento ou pavimento em até 48 horas após o término da obra; aborda a mudança de nome da penitenciária de São Pedro de Alcântara.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra evento neste final de semana pelo Partido dos Trabalhadores; destaca avanços sociais em Cuba.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Faz um esclarecimento a população catarinense a respeito do processo que tramita no TSE contra o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira no processo de cassação de mandato.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pede o apoio dos srs. parlamentares para a aprovação do projeto de lei, de sua autoria, sobre o atendimento às mulheres e crianças vítimas de abuso sexual.

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Elogia o PL de autoria do deputado Décio Góes, que denomina Vale da Uva Goethe a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito do município de Pinhalzinho.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Presta homenagem a dois colegas engenheiros agrônomos e funcionários da Epagri, que faleceram no mês de Janeiro; faz menção à entrevista que o governador Luiz Henrique da Silveira concedeu ao jornalista Renato Igor.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cobra do secretário da Agricultura explicação sobre taxa imposta pela Cidasc.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Dirceu Dresch pelo seu pronunciamento referente ao governo de Fidel Castro.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Comunica que haverá uma reunião com a comissão da Agricultura e Política Rural.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda matéria publicada no jornal *Diário Catarinense*, intitulada "Preserve-se o Estado".

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta a renúncia de Fidel Castro; anuncia que estará participando do II Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana, na cidade de Quito, no Equador.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ataca os deputados aliados de Luiz Henrique da Silveira no processo que tramita no TSE e diz que o Código Eleitoral existe e deve ser cumprido.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Contesta os deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes pelos pronunciamentos referentes ao governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Enfatiza que o governador de Santa Catarina não cometeu nenhuma irregularidade política-eleitoral.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra o aniversário do deputado Dagomar Carneiro, neste último domingo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica o deputado Joares Ponticelli pelas acusações contra o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Comenta encontro realizado pelo PP em Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a visita do prefeito em exercício de Meleiro Cláudio José Tomazzi, dos vereadores Neri Xavier e Everaldo Martins, como também do secretário adjunto da Agricultura Anderson Scardoeli.

Sejam muito bem-vindos ao Poder Legislativo.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente Julio Garcia, sra. deputada, srs. deputados, gostaríamos de prestar hoje neste horário uma homenagem ao *Rotary Club* do estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"História do Rotary Club

O primeiro clube de prestação de serviço do mundo, o Rotary Club de Chicago, foi formado em 23 de fevereiro do ano de 1905 por Paul P. Harris, um advogado que queria reproduzir em um grupo profissional o mesmo espírito de amizade que caracterizava as cidades pequenas da sua juventude. O nome 'Rotary' surgiu devido ao sistema inicial de rodízio das reuniões que eram alternadas entre os escritórios dos integrantes do grupo. O Rotary tornou-se cada vez mais popular e em uma década clubes foram fundados em diversas cidades dos Estados Unidos, inclusive São Francisco e Nova Iorque, e em Winnipeg, no Canadá. Em 1921, o Rotary contava com clubes nos seis continentes e um ano mais tarde adotou o nome de Rotary Internacional.

A medida que a organização crescia, sua missão expandiu-se além dos interesses profissionais e sociais de seus integrantes. Rotarianos começaram a angariar recursos e a utilizar suas habilidades em benefício de comunidades necessitadas. O ideal da comunidade está refletido em seu lema: Dar de si antes de pensar em si.

Em 1925, havia 200 Rotary Clubs integrados por mais de 20.000 rotarianos. O prestígio da organização atraiu ao seu quadro social presidentes, primeiros-ministros, personalidades ilustres. Entre eles o escritor Thoman Mann e o diplomata Carlos Rômulo, o humanitário Albert Schweitzer e o compositor Jean Sibelius.

Objetivo do Rotary

O objetivo do Rotary é estimular e fomentar o ideal de servir como base de todo o empreendimento digno, promovendo e apoiando:

Primeiro: o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir;

Segundo: o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional;

Terceiro: a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida particular;

Quarto: a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

'Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais unidos do mundo inteiro que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética, em todas as profissões, e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo.

Rotary em Santa Catarina

O primeiro clube em Santa Catarina foi o Rotary Clube de Joinville, criado em 26 de outubro de 1934, tendo como padrinho o Rotary Club de Curitiba.

Até o ano de 1981 a organização do Rotary em Santa Catarina era de somente um Distrito Rotário (4650), o qual, pela sua extensão, dificultava sua administração. Neste ano o estado foi dividido em dois Distritos - 4650 e 4740. Em 1997 houve novo desmembramento sendo criado o Distrito 4651.

O Distrito 4650 está localizado na região norte/nordeste do estado e tem como limites ao sul o rio Itajaí-Açu, a oeste com a BR-116, ao norte com o estado do Paraná e a leste com o Oceano Atlântico.

Atualmente, o distrito conta com 52 clubes, distribuídos por 34 cidades, com um total de 1.161 sócios. O atual governador do distrito é Militino Alves, do Rotary Club de Salete.

A nossa colocação de Rotary vem por intermédio do Rotary Club de Canoinhas, do qual este deputado é 25 anos sócio.

O Distrito 4651 está localizado na região norte (Itajaí até Nova Trento), centro (Biguaçu até Paulo Lopes), centro sul (Garopaba até Sangão) e sul (Urussanga até Passo de Torres).

Atualmente, o distrito conta com 51 clubes distribuídos por 28 cidades, com um total de 1.000 sócios. O atual governador do distrito é Luiz Carlos Lopes Manhães, do Rotary Club de Florianópolis.

O Distrito 4740 está localizado no planalto norte, centro e região serrana.

Atualmente, o distrito conta com 49 clubes, distribuídos por 40 cidades, com um total de 1.079 sócios. O atual Governador do distrito é Jefferson Bittencourt, do Rotary Club de Mafra.

Rotary Club de Canoinhas

Fundado em 11 de maio pelo Rotary Club de Joinville, é um dos mais antigos clubes do distrito. Seu quadro social conta hoje com 40 membros."

Nós, como membros do Rotary Club, os 40 membros de Canoinhas, por intermédio deste deputado, fazemos uma homenagem ao Rotary Club do estado de Santa Catarina e ao Rotary Club do Brasil.

O Rotary Club de hoje é, sem dúvida, o empreendimento mais ambicioso anunciado em 1985, que é, nada mais nada menos, do que a campanha da erradicação do mundo da poliomielite.

(Continua lendo.)

"A história do Rotary no Brasil

A história do Rotary Club do Brasil inicia-se mais precisamente no Rio de Janeiro.

Ao final do mês de fevereiro de 2008 decorreram 85 anos da admissão do Rotary Club do Rio de Janeiro em Rotary International, fato que também marcou a chegada da organização ao Brasil, haja vista ter sido este o primeiro Rotary Clube naquele país e, conseqüentemente, o primeiro clube em que se falava o idioma português no mundo.

A história do Rotary Club do Rio de Janeiro é bastante rica; o plantio da semente do Rotary em todo o Brasil resultou, em 1924, na fundação do Rotary Club de São Paulo e, subseqüentemente, dos Rotary Clubs de Santos (1927), Belo Horizonte (1927), Juiz de Fora (1928) e Niterói (1928). O clube também participou da fundação de vários outros clubes em outros estados da República Federativa."

Mas o importante é dizer hoje que no mundo os rotarianos alcançaram o número de 1,22 milhão de rotarianos. São 1,22 milhão de pessoas preocupadas com o lema do Rotary, que é: "Dar de si sem pensar em si".

Nós estamos fazendo, através do presidente do Rotary Club de Canoinhas, uma homenagem ao Rotary Club de Santa Catarina, ao Rotary Club do Brasil e ao Rotary Club Internacional.

Parabéns, Rotary.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, também médico, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, sras. deputadas, prezados telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC, eu queria abordar aqui, mais uma vez, neste ano, o empenho de toda a equipe de governo e destacar as ações de inúmeros secretários, dentre eles os secretários do nosso partido, o PSDB.

Nesta semana e na semana passada, praticamente todas as escolas públicas estaduais começaram as suas aulas. São 1.250 escolas públicas, 1.250 diretores e seus auxiliares, compreendendo a equipe de professores, e aqui todos nós queremos saudar esses abnegados professores que com o coração de mãe prestam o serviço à sociedade de educar, junto com a família catarinense, tantos jovens, adultos, adolescentes e que, sem dúvida, serão a nata da nossa sociedade.

A esses professores dessas 1.250 escolas nós queríamos aqui dirigir o nosso empenho, o nosso respeito, a nossa consideração que temos por todos, pois graças ao trabalho que prestam, Santa Catarina vem-se destacando há muito tempo. Mas hoje esse destaque nacional do nosso estado pode ser medido através do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento humano, na divisão da renda. E tudo isso faz parte de um conjunto da educação que ao longo de muito tempo vem acontecendo graças ao trabalho abnegado, com disse, de tantos professores aos nossos alunos.

Quando nós pensamos na secretaria da Educação, na verdade referimo-nos a percentuais grandes da população brasileira. São 1.250 escolas, e não podemos comparar, por exemplo, com o Instituto Estadual de Educação, que tem cinco mil alunos. Naturalmente todas as escolas não são daquele tamanho, pois há algumas que têm 250 alunos, 300 alunos. Essas são as pequenas escolas. Mas a média passa de 700 crianças, 800 crianças ou adolescentes em cada escola. São praticamente 800 mil alunos, numa população de seis milhões de catarinenses. Então, é um percentual elevado.

Se contarmos ainda a educação de jovens e adultos, de 70 mil a 80 mil adultos, estudando em diversos municípios catarinenses, temos praticamente um milhão de alunos matriculados nas escolas públicas. Tudo isso coordenado pelo secretário Paulo Bauer, que no ano passado fez um belo trabalho. Conseguiu, além de fazer um trabalho bom do ponto de vista administrativo, gerar um contentamento razoável por parte de todos os nossos colaboradores. Então, quero aqui de público agradecer e cumprimentar pelo trabalho que tem realizado, em nome do governo, em nome do PSDB, pela participação do partido dentro do governo.

Quero ainda saudar o deputado Gilmar Knaesel, pelo trabalho que tem feito na secretaria de Esporte e Turismo. Praticamente em todos os municípios há alguma ação importante do governo; praticamente todas as empresas de Santa Catarina que quiserem usar a lei do Mecenato Estadual podem fazê-lo e converter 5% do ICMS a ser pago, ou ainda, até 3%, 4% do Imposto de Renda devido, em obras na sua cidade.

Aquela impressão que se tem de que o empresário paga o imposto e ele vai todo para o estado, ou todo para Brasília e não volta nada para a sua cidade, pode ser invertida. Vocês no seu município, empresários, prefeitos, vereadores, em colaboração com o governo do estado, ou com o secretário estadual Gilmar Knaesel, podem, sim, manter parte desses impostos para a sua cidade. E o deputado Gilmar Knaesel tem feito um belo trabalho para gerar um contentamento razoável em todos os municípios.

O presidente do Badesc, Dalírio Beber, tem levado a todas as cidades de Santa Catarina o Badesc como um instrumento para o desenvolvimento. Quantos municípios têm, dentro da sua capacidade de endividamento, a possibilidade de fazer uma pavimentação ou

alguma obra em benefício de todos os habitantes do município e, no entanto, não têm aquele dinheiro disponível? Então, o Badesc, cujo presidente é o Dalírio Beber, poderá, pode e é um instrumento do governo para levar o desenvolvimento a todos os municípios de Santa Catarina.

O deputado Maurício Skudlark, como chefe da Polícia Civil, tem feito um extraordinário trabalho. Temos um dos melhores índices de segurança, quando comparado com índices nacionais, graças ao trabalho do deputado Ronaldo Benedet, do deputado Maurício Skudlark e, naturalmente, de toda a equipe e da colaboração da sociedade, mas eles estão à frente desse trabalho para garantir uma melhor qualidade na segurança.

Naturalmente, além de tudo isso, ainda há o entusiasmado trabalho incansável do nosso vice-governador Leonel Pavan, que, juntamente com o governador Luiz Henrique, está presente, praticamente nas 24 horas do dia nas atividades do nosso estado.

Tudo isso entusiasmo não só os nossos secretários do PSDB, mas entusiasmo toda a equipe do governo, juntamente com a população catarinense, para continuarmos a investir para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Graças a essa bela atuação que tem o PSDB, eu queria destacar que o partido está fazendo, nas diversas regiões do estado, muitas reuniões para estimular um momento que agora é importante, o momento em que cada partido, e nós do PSDB também o fazemos, prepara-se para as eleições de outubro, quando vamos escolher os prefeitos e os vereadores das nossas cidades. E por falar nisso, no dia 1º de março, o PSDB da regional de Brusque e o da região do entorno estará fazendo uma grande reunião, coordenada pelo presidente daquela cidade, César Reitz, que hoje é o presidente e que é um pré-candidato a prefeito e que tem uma nominata de vereadores grande.

Esse líder, o César Reitz, cresceu graças ao trabalho de outros líderes aqui no Vale do Rio Tijucas, coordenados pelo vice-prefeito de Nova Trento, Orivan Jarbas Orsi, pelo Gerônimo, de Major Gercino, pelo prefeito Eloir João Reis, de Canelinha, pelo Elcio Junkes, de Tijucas, pelo presidente Silvío Bertolini, de Brusque, e outros. Naturalmente que sempre há a participação dos nossos deputados estaduais e a minha participação também.

Então, quero aproveitar este espaço e convidar todas as lideranças do PSDB do Vale do Rio Tijucas, da Costa Esmeralda, da regional de Brusque e de Blumenau para, no dia 1º de março, estar em São João Batista para a nossa reunião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença do prefeito de Canoinhas, sr. Leoberto Weinert, que veio nos visitar juntamente com o secretário de Finanças.

Queremos desejar a eles uma feliz estada nesta Casa e dizer à comunidade catarinense que o prefeito Leoberto Weinert é o prefeito que fez com que a Aurora se instalasse no município de Canoinhas.

Parabéns pela sua atuação e obrigado pela sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência cumprimenta o prefeito Leoberto Weinert e o secretário de Finanças e deseja boas-vindas na nossa Assembléia Legislativa. Registramos também a presença do sr. Luzardo Chaves, representando a imprensa de São Bento do Sul, da *Rádio São Bento AM* e do jornal *A Folha do Norte*.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Aproveitando a oportunidade também gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito municipal de Rio Fortuna, sr. Neri Vandresen, da região da Amurel. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao prefeito de Rio Fortuna.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de registrar a presença do prefeito municipal de Garuva, sr. João Romão, juntamente com os seus assessores, que veio a esta Casa pedir ajuda deste Parlamento para que a SCGás possa levar, de uma vez por todas, o gás para que o desenvolvimento daquela região possa continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro pelo deputado Kennedy Nunes, representante da região norte, damos as boas-vindas ao prefeito João Romão.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, trago, na tarde de hoje, à tribuna um assunto que tem tomado conta do debate em vários momentos aqui nesta Casa, em legislaturas passadas, nesta legislatura e em outros momentos da vida pública do estado de Santa Catarina.

O Partido dos Trabalhadores e eu, como líder do PT nesta Casa, não poderíamos deixar de registrar o que está acontecendo agora, às 15hs, em Brasília, quando o presidente Lula assina o decreto que retira o Besc do processo de privatização, o plano nacional de desestatização do Besc, o banco do povo catarinense que hoje, depois de muitos anos... Aliás, diga-se de passagem, esse foi um compromisso do governo do PT e do presidente Lula, que assumiu com o povo catarinense a retirada do Besc do processo de privatização.

Para nós, do PT, que sempre fizemos a defesa de um estado forte, de instituições públicas fortes, é o momento não de vitória do povo catarinense, ou de honrar com o compromisso do PT, mas é o momento forte de celebrar esse grande e importante acontecimento. Isso porque é o único, entre outras instituições, de outros estados, que está saindo do processo da privatização.

Gostaria até de lembrar que em 2003, no fim do exercício de 2002, o Besc tinha um prejuízo superior a um bilhão de reais. Logo em 2003, depois de Eurides Mescolotto ter assumido a presidência do Besc, o banco passou a dar lucros. Isso para nós é importante, porque muitas vezes não conseguimos entender e compreender que

instituições públicas dão prejuízo e no momento em que passam para a iniciativa privada começam a gerar lucros. Questionamos a seriedade na administração de tais empresas ou de tais instituições. Por isso o que está acontecendo hoje em Brasília, sem dúvida nenhuma, é aquilo que envolveu uma série de mobilizações dos funcionários do Besc e muitos outros funcionários, entidades, movimentos e organizações que lutaram, que brigaram para que o Besc continuasse sendo público e continuasse pertencendo ao povo catarinense.

Quero lembrar à sociedade catarinense neste momento da incorporação do Besc ao Banco do Brasil, dizendo que é o único banco com agências em 137 municípios do estado, o que não é pouca coisa, e presente nos 293 municípios, aliás, em todos os municípios de Santa Catarina.

Por isso esse será um momento de orgulho quando o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, assinará o decreto da retirada do banco do processo de privatização. É um momento para celebrar, para nos orgulhar, porque mais uma vez aqui é manifestado o compromisso, a honra da palavra do presidente com relação ao compromisso que havia assumido em 2002.

Além disso, aproveito este espaço para dizer que na nossa região, o extremo oeste de Santa Catarina, mais exatamente em São Miguel d'Oeste, pólo da região, encampamos uma luta junto à agência do INSS daquele município, intervindo junto à Procuradoria do INSS, para que viabilizasse uma unidade da Procuradoria daquele instituto em São Miguel d'Oeste.

Começamos essa discussão, essa luta, junto com lideranças e com autoridades da região do extremo oeste e conseguimos, no final do exercício de 2007, o parecer favorável por parte da Procuradoria do INSS, quando acatou a solicitação atendendo a essa urgência, a essa necessidade da população da região do extremo oeste do estado de Santa Catarina. A implantação dessa unidade em São Miguel d'Oeste representa muito para a região, porque hoje tudo está centralizado no pólo da região do oeste do estado, que é Chapecó. Tudo acontece lá. E nós sabemos que muitos processos poderiam ser resolvidos rapidamente, favorecendo uma grande parcela da sociedade, que são os mais excluídos, os mais pobres, os que mais precisam. Daquela forma como estava, a morosidade era grande, era enorme, e com a criação dessa unidade em São Miguel d'Oeste, temos a certeza de que os processos, além de serem agilizados, vão fazer com que aquele povo que mais precisa, que é o povo mais carente, possa ser também atendido e possa ver os benefícios previdenciários do seu bolso gerando melhor economia e bem-estar às pessoas de toda essa região.

Então, além de desafogar Chapecó, atenderíamos mais rápido São Miguel d'Oeste e os mais de 35 municípios que compreendem aquela região. Portanto, é um pleito justo e importante para o extremo oeste do estado. Acho que é neste sentido que viremos agilizar não só os processos, mas aquilo que é público e que é também do interesse de grande quantidade de pessoas da região do extremo oeste do estado de Santa Catarina.

Portanto, faço o registro, na tarde de hoje, na Assembléia Legislativa, desses dois acontecimentos importantes: a criação da unidade, no extremo oeste, da Procuradoria do INSS, e o decreto do Presidente Lula, retirando o banco do processo de privatização, que foi uma luta histórica dos trabalhadores do Besc e do povo organizado no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Genésio Goulart, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de dizer da minha satisfação e alegria em poder estar aqui, nesta tribuna, mais uma vez sendo acompanhado pelos telespectadores da TVAL.

Gostaria de me manifestar, nós que temos acompanhado o trabalho do nosso querido governador Luiz Henrique, sobre o que ele tem feito por Santa Catarina, as coisas boas e importantes. Infelizmente algumas vezes pessoas da oposição, com ciúme, com inveja e com alguma maldade, distorcendo os fatos, começam a prejudicar a administração estadual e as lideranças. É o que está acontecendo hoje com o nosso governador Luiz Henrique.

Eu fico muito triste por ele estar passando por esse momento - e com certeza quem está sendo prejudicado é o povo do nosso querido estado de Santa Catarina -, porque ficam tentando denegrir a imagem do governador Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa que tem feito um lindo trabalho no estado. E digo isso como representante da região da Amurel. O povo daqueles municípios está muito revoltado com tudo isso que está acontecendo, pelo fato de estarem tentando denegrir a imagem do governador que foi reeleito com uma grande quantidade de votos e que está fazendo uma grande administração em nosso estado. E temos acompanhado isso. Na região que represento, a Amurel, há muitas obras já foram concluídas, muitas que estão em andamento e muitas que estão iniciando.

Então, ficamos chateados porque na política acontece isso. Quando um político se destaca, há outros que tentam denegri-lo e derrubá-lo.

Queremos dizer ao nosso querido governador Luiz Henrique da Silveira que estamos muito tristes por ele estar passando por esse momento. E com certeza não merecia, já que fez tanta coisa linda pelo nosso povo catarinense e pelo nosso país, uma vez que já foi ministro, deputado federal e prefeito por várias vezes de Joinville. E como governador que é, está fazendo muito para a nossa população.

Queremos dizer-lhe, governador, que temosorado muito. E temos certeza de que Deus vai entender que, quanto àquilo que vossa excelência faz, não há nada de maldade, não há nada no sentido de querer prejudicar as pessoas. E não nos importamos com isso, porque Deus sabe perfeitamente quem é vossa excelência e o que faz.

Então, não devemos nos preocupar com as pessoas que fazem maldades, que distorcem as coisas. Inclusive, com todo respeito, consideração e admiração que temos pela imprensa, precisamos dizer que, às vezes, algumas pessoas maldosas passam aos colonistas, jornalistas e radialistas informações distorcidas, e por isso acabam saindo na imprensa coisas não verdadeiras.

Nós nos preocupamos bastante porque, como somos sérios e honestos, só queremos ver o nosso povo feliz. Nós, que tentamos buscar uma qualidade de vida melhor para a nossa população, ficamos chateados até por estarmos na política, porque existem muitas pessoas que fazem isso por ciúme, inveja e maldade. Portanto, às vezes, devido à humildade, simplicidade e boa vontade para fazer coisas boas, ficamos envergonhados. E algumas vezes temos que aturar tudo isso, grande líder do governo, deputado Herneus de

Nadal. E ficamos chateados, porque esse não é o nosso caso. Não temos maldade no coração, não queremos fazer mal a ninguém. E eu não queria estar na pele do nosso governador, pelo que ele está passando nesse momento, porque ele não merece isso, pois tenho certeza de que nunca fez maldades para ninguém e sempre tentou buscar as coisas boas.

É lógico que temos as nossas limitações, as nossas qualidades e os nossos defeitos. Em alguns momentos, fazemos algumas coisas pensando que estamos certos, mas às vezes podemos não estar. Mas, infelizmente, para alguns as coisas saem distorcidas, e daí ficam judiando das pessoas.

Tenho certeza de que, nesse momento, quem está sendo prejudicado é o povo de Santa Catarina, porque quem conhece o governador Luiz Henrique da Silveira e conhece o que ele já fez, sabe que não possui maldade alguma e só procura fazer coisas boas.

Sempre tenho dito ao governador que me espelho muito nele. Procuropreciso buscar sempre uma alternativa para uma qualidade de vida melhor à nossa população. E se o povo elegeu o nosso governador, assim como me elegeu e reelegeu alguns deputados por várias vezes, é porque tem conhecimento do nosso trabalho, da simplicidade, da humildade, da transparência, da boa vontade e do trabalho lindo que fazemos.

E como diz a Bíblia, Deus está no céu, está-nos abençoando na terra, mas precisa, com certeza, de nós para que possamos também ajudar o nosso povo aqui na terra.

Infelizmente, algumas pessoas, que têm ciúme e inveja, tentam denegrir a imagem das pessoas que procuram fazer o melhor. Quero deixar bem claro aos nossos queridos telespectadores que alguns da Oposição agem assim: quando se faz alguma coisa boa, eles tentam denegrir, tentam colocar as coisas de maneira errada, para confundir a cabeça da nossa população. E faço aqui um apelo para que não façam isso. As pessoas têm que se empenhar, ser parceiras e buscar a união.

Temos, sim, as nossas divergências políticas, mas o nosso objetivo é um só: buscar uma melhor qualidade de vida para a nossa população. Se Deus está lá em cima, é para nos abençoar - e o que Deus quer de mim também quer de todos os senhores, com certeza -, para que possamos fazer o melhor para o nosso povo. E é isso que temos de fazer: buscar essa compreensão desses trabalhos bonitos que cada um de nós já fez. Mas se estão fazendo, na verdade, isso com o nosso governador, realmente é devido ao ciúme, porque ele está sendo um grande governador e fazendo grandes coisas para a nossa querida Santa Catarina. Nós e os nossos queridos telespectadores sabemos que, devido à inveja e ao ciúme por parte de algumas pessoas da Oposição, estão querendo denegrir a imagem do nosso governador. Eu, que sou pré-candidato a prefeito de Tubarão, vejo que alguns já tentam denegrir a minha imagem.

Então, quero pedir ao nosso povo que não se preocupe com o que está acontecendo com o nosso governador neste momento. Tenho certeza de que Deus sabe que não há maldade. E não tenho dúvida de que ele vai continuar sendo esse grande governador que sempre foi. E principalmente agora neste momento de eleição começa a surgir o ciúme, a inveja, querendo denegrir a nossa imagem. Às vezes dizemos uma coisa e daqui a pouco ela sai distorcida, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, eminente deputado. Sabemos da sua participação efetiva, da sua luta constante em defesa de toda a região e do seu prestígio no município de Tubarão.

Estamos vivendo um momento de turbulência, e para alguns não importa a forma que encontram para agredir, diminuir e jogar na sarjeta uma pessoa de bem, um homem honrado, um homem de bem. O Brasil tem poucos homens éticos como o governador Luiz Henrique da Silveira.

Então, evidentemente, vimos uma matéria distorcida. Temos convicção de que v.exa. está longe de ter falado aquilo. Mas na vida política é assim: não podemos facilitar porque de repente as coisas saem.

Agora, quero cumprimentá-lo e dizer que estamos juntos e solidários ao grande governo de Santa Catarina, eleito pelo povo para continuar trabalhando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero registrar a presença de um vereador da sua terra, sra. presidente, Blumenau, o meu amigo Juvino, que também participa da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo sr. Jovino Cardoso Neto, vereador da Câmara Municipal dessa maravilhosa de cidade que é Blumenau. Seja muito bem-vindo ao Parlamento catarinense!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Srs. deputados, dividirei o tempo destinado ao meu partido com o deputado José Natal.

Gostaria, hoje, de me manifestar, e não poderia ser diferente, sobre o que vem acontecendo no estado de Santa Catarina, principalmente em nível de governo.

Temos que ressaltar aqui que o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, sem dúvida nenhuma, fez com que o nosso estado mudasse. E Santa Catarina mudou para melhor. O nosso governador Luiz Henrique da Silveira não ganhou somente uma vez da Oposição, não ganhou somente uma vez do governador Esperidião Amin. A primeira vitória do governador Luiz Henrique da Silveira frente ao ex-governador Esperidião Amin foi no campo das idéias. O governador Luiz Henrique da Silveira teve, sim, a grande idéia da descentralização, que começou com a formação de uma agência no planalto norte. E essa agência foi amadurecendo e transformou-se em secretaria regional. E assim foram criadas as secretarias regionais. A descentralização é a grande idéia vencedora não só do governador Luiz Henrique da Silveira, mas também do estado de Santa Catarina e talvez do Brasil.

Temos certeza de que o governador Luiz Henrique da Silveira, um parlamentar com cinco mandatos, um político por duas vezes prefeito de Joinville, tem, sim, o respaldo do povo catarinense. E foi isso que fez com que, no primeiro turno, tivesse nas urnas uma vitória de mais de 500 mil votos e, no segundo turno, uma vitória de mais de 180 mil votos.

Luiz Henrique da Silveira já teve na Justiça processos que ao serem julgados foi dado ganho de causa ao nosso governador. É verdade que sua excelência representa, sim, a mudança e a esperança para o nosso povo de dias melhores. Esses dias melhores já vêm acontecendo no estado de Santa Catarina com as obras que o governador Luiz Henrique da Silveira vem desenvolvendo no estado.

Eu, como representante do planalto norte, neste momento presto, sim, a minha solidariedade ao governador Luiz Henrique da Silveira, pela sua capacidade de administrar, pelo que já fez pelo planalto norte e pelo que ainda está fazendo. Já realizou várias obras, e no dia 24 de março teremos a inauguração, deputado Gelson Merísio, do aparelho de ressonância magnética em Chapecó, no dia 26 de março haverá a inauguração do aparelho de ressonância magnética em Canoinhas, bem como a inauguração do Hemosc.

Temos também vários projetos em andamento, além da inauguração de várias escolas, entre elas a Escola Gertrudes Müller, no município de Canoinhas, e a inauguração de um ginásio de esportes no município de Major Vieira. E se continuarmos falando de obras, o nosso tempo vai terminar e não poderemos falar das tantas obras que esse magnífico governador realizou no planalto norte.

Nós, como representantes do planalto norte, trazemos aqui, governador Luiz Henrique da Silveira, o nosso empenho e a nossa solidariedade para que, dado o momento que vive, a justiça seja feita para que continue guiando-nos, orientando-nos, ajudando-nos e fazendo com que Santa Catarina cresça cada vez mais.

É importante dizer que esse crescimento de Santa Catarina, no planalto norte, virá através de duas grandes empresas. A primeira é a Aurora que, instalado-se em Canoinhas, fará com que esse município e o planalto norte não sejam mais os mesmos, com um investimento de R\$ 300 milhões que irá gerar mais de três mil empregos. E também com o anúncio feito por sua excelência, na semana passada, na segunda-feira, da instalação da Sadia no município de Mafra.

Portanto, está de parabéns o governador Luiz Henrique da Silveira, que, juntamente com o secretário Mauro Mariani, fizeram com que a Sadia optasse pelo planalto norte. E acreditamos que a Aurora iniciará a terraplenagem no dia 1º de abril. Há pouco o prefeito Leoberto Weinert, juntamente com o seu secretário, anunciou o início da terraplanagem para a construção da empresa, bem como o andamento para a instalação da Sadia na cidade de Mafra.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não! Concedo um aparte ao nobre deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Antônio Aguiar, eu não poderia deixar de fazer alusão às suas colocações e ao excepcional trabalho que v.exa. tem feito no sentido de proporcionar ações para que possamos desenvolver o planalto norte de Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com v.exa., com as lideranças daquela região, com o deputado federal Mauro Mariani e com os prefeitos, conseguiu, como v.exa. colocou, acertar a vinda da Aurora para Canoinhas e também a possível vinda da Sadia para Mafra. Aquela é uma região que, nos últimos anos, tinha a sua vocação voltada para a exploração da madeira, mas que a perdeu e agora é uma região muito carente que, com a agroindústria, irá se desenvolver sobremaneira.

Portanto, v.exa. está de parabéns pela sua ação pragmática, inteligente, assim como o governador. E a vinda dessas duas empresas para o planalto norte irá desenvolver significativamente aquela região e, mais do que isso, vai melhorar a qualidade de vida do povo do planalto.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Temos que falar de todos esses acontecimentos importantes para o estado de Santa Catarina, mas temos também que falar numa palavra: moral. O que é moral? O nosso Aurélio diz que a palavra moral deriva do latim *morale*, significando relativo aos costumes. Portanto, a moral é o conjunto de regras desses costumes. E nesse conjunto de regras dos costumes, temos que comparar os dois governadores: o governador Esperidião Amin, quando esteve no governo, e o governador Luiz Henrique da Silveira.

Cito, por exemplo, a retirada das fotografias do ex-governador de todas as salas públicas do estado de Santa Catarina. Isso é moral. O governador Esperidião Amin mantinha a sua fotografia em todas as salas públicas de nosso estado, e o governador Luiz Henrique da Silveira mandou retirá-las.

O governador gastou R\$ 58 milhões com comunicação nos quatro anos de mandato; o ex-governador Esperidião Amin gastou R\$ 62 milhões com a comunicação nos quatro anos de mandato. Temos também o período eleitoral em que o governador Luiz Henrique da Silveira pediu licença para se afastar do mandato de governador. Portanto, renunciou, pois o fato de ser governador poderia influenciar na sua dedicação ao estado de Santa Catarina. Então, temos um governador com moral, digno e que faz com que nós, do estado de Santa Catarina, tenhamos um grande apreço por ele.

Neste momento, gostaria de chamar o deputado José Natal para completar o nosso pensamento sobre o que está acontecendo na área política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado José Natal, pelo tempo restante do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, quero, neste momento, da tribuna desta Casa, colocar para todos os catarinenses quem é o advogado hoje já aposentado da Celesc, o sr. Gley Sagaz, que como advogado de uma das maiores empresas de Santa Catarina, na época do governo Esperidião Amin, alegava que trabalhava 24 horas ininterruptas para o governo, à época, requerendo horas extras em períodos integrais.

O advogado Gley Sagaz hoje está defendendo o ex-governador contra Santa Catarina, mais precisamente contra o governador Luiz Henrique da Silveira. E pelo documento que tenho em mãos e pelo que fiquei sabendo, através de funcionários da Celesc, com certeza absoluta, catarinenses e srs. deputados, não é o homem certo para querer pregar moralidade em todos os níveis. Não é!

Em relação às sentenças julgadas dizem que ele, definitivamente, como advogado da empresa, por diversas vezes, colocou a empresa no "pau", como se diz na linguagem popular, para receber horas extras não feitas. E, também, lamentavelmente, à época em era advogado representante da empresa, quem estava lá para representar contra ele não o fez. E o ex-governador Esperidião Amin pagou ao advogado Gley Sagaz mais de R\$ 300 mil em diárias que não foram concretizadas.

O que estou falando, srs. catarinenses e srs. deputados, não é da boca para fora. Estou-me baseando numa ação, na qual ele mesmo, como advogado e funcionário da Celesc, à época, ainda foi pedir justiça gratuita porque não tinha condições de pagar os honorários a um advogado. É um absurdo. E com certeza absoluta volto a reiterar: não é o homem certo para pleitear o que está pleiteando contra Luiz Henrique e contra Santa Catarina.

Srs. deputados, o pedido de horas extras, de 24 quatro horas ininterruptas, foi quebrado na ação judicial posterior - e volto a dizer que o ex-governador mandou pagar ao sr. Gley Sagaz ilegalmente -, contra o sr. Gley Sagaz constatou-se a apresentação de notas fiscais de almoço no período em que ele alegava estar trabalhando ininterruptamente, sem intervalos de almoço.

Então, srs. deputados, vir aqui, nesta tribuna, dizer que estão querendo fazer o melhor por Santa Catarina, não é verdade. Posso dizer de fonte segura que este estado passou e está passando por uma renovação muito grande. E o que vou dizer aqui agora já disse no passado, pois muitas vezes questionei aquele governo por não ter nenhum jovem para fazer parte da administração. Questionei e disse que muitos jovens que se formavam em bancos de universidade e que tinham potencial para ajudar a contribuir com o estado de Santa Catarina não estavam tendo oportunidade. Provavelmente, porque esses eram os amigos que se mantinham no poder, movendo ações contra o estado para quebrá-lo. E da mesma forma fez Valmor De Luca, quando assumiu a Casan, que também desmascarou um monte de gente que não trabalhava ou que trabalhava contra o estado. E o governador Luiz Henrique da Silveira, numa postura de botar o estado nos eixos, com os seus colaboradores, levou para este lado. Talvez, aí, a inconformidade.

Até quero dizer aqui que na época, a Intersindical dos Eletricitas de Santa Catarina, denunciou na Justiça o fato do sr. Gley ter recebido mais de R\$ 300 mil, ou de estar pleiteando, e numa ação entre amigos, posso dizer, o governador não deu bola, ou a Celesc não deu bola, na época, e pagaram ao mesmo, o que foi contestado.

Quero saber se ele devolveu esse dinheiro. E é o que vamos investigar, srs. deputados, da bancada governista, daqui para frente, ou seja, se ele devolveu esse dinheiro, pois depois perdeu a ação, porque disseram que era ilegal a solicitação das 24 horas extras praticadas ininterruptamente, pois que não aconteceu. E ele foi desmascarado através de uma ação judicial. E foi por aí afora. Então, quem são as pessoas que tentam colocar o governador Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan em xeque?

Srs. deputados, se fizemos política, temos que mostrar o que fizemos, é normal. E o mais escandaloso foi o que coloquei aqui anteriormente, que constatei hoje de manhã. Por isso disse ontem que eu não conhecia tudo da situação, ou seja, que o governo Esperidião Amin gastou quase o dobro de publicidade institucional do que gastou o governador Luiz Henrique da Silveira. Agora, que moral tem realmente um cidadão desses para ir buscar na Justiça o questionamento de tantas outras situações?

Então, primeiro vamos ver se ele ressarcir os cofres do estado de Santa Catarina. Vamos ver a legalidade de ele ter pedido a justiça gratuita para se defender, buscando uma indenização por parte do governo, por horas extras que ele não tinha feito.

E eu volto depois.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Concedo um aparte à deputada Ada De Luca, que já está nervosa.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Não estou nervosa, deputado!

Parabéns pela sua denúncia! E quero mostrar que inverte, que irresponsabilidade e falta de moral começam com as mentiras, porque esse advogado apenas sabe muito bem que não pode trabalhar 24 horas. Então, ele não come, não bebe, não faz necessidades fisiológicas? Já começa a mentira por aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Vai ver ele nem trabalhava! Só queria receber!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Exatamente!

Então essas coisas causam tristeza e vergonha a todos nós.

Muito obrigada, deputado! Parabéns!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu digo que talvez ele não trabalhasse, porque ele vivia à disposição de prefeitura. Ele viveu à disposição do governo do estado e de diversos órgãos. Resta saber se ele tinha tempo, realmente, para trabalhar, efetivamente, na Celesc, na época em que ele requereu essas horas extras.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Com certeza nós estamos tranqüilos!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada sra. deputada Ada De Luca e sr. deputado José Natal.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. presidente, apenas para contribuir, o nosso partido é o Democratas. Nós não usamos a sigla, é Democratas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Pois não, sr. deputado Gelson Merísio, PD - Partido dos Democratas.

Agora sim, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado sra. presidente! Nosso líder, deputado Gelson Merísio, a sigla que o partido passou a adotar a partir de agora é D25 e não mais DEM. Será D25. É essa a sigla partidária que utilizaremos a partir de agora.

Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, hoje gostaria de destacar aqui a solidariedade pessoal deste parlamentar, assim como do nosso partido, já expressada pelo nosso líder, deputado Gelson Merísio, em relação a esse momento crítico e de insegurança que vivemos por conta do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral. O que esperamos é que o julgamento definitivo reafirme o resultado daquilo que foi estabelecido pelas urnas, já que de outra maneira a insegurança jurídica a instalar-se neste país, sobrepujando inclusive à vontade popular, causará sérios danos ao posicionamento democrático.

O governador Luiz Henrique da Silveira, seja feita justiça, sempre teve uma postura extremamente democrata. Não é uma Democrata de partido, o seu partido é o PMDB, mas teve a postura de respeitar a democracia, inclusive o seu ato de afastar-se do governo demonstra isso.

Então, este parlamentar se solidariza com governador. E temos ciência do momento grave que estamos passando, mas confiamos que a Justiça, por fim, passados esses percalços, reconhecerá o resultado bastante amplo atribuído nas urnas pelos catarinenses ao governador, que tem uma biografia limpa, de trabalho, de luta, de realizações e que não pode nem merecer vê-la manchada por questões jurídicas que não podem ser aplicadas de maneira desproporcional, solapando inclusive a vontade popular. Essa é a nossa mensagem, a nossa posição, que se coaduna com a posição do nosso partido, que ingressa na polialiança que trabalhou também de maneira muito forte pela eleição do governador Luiz Henrique da Silveira.

Srs. deputados, quero também aqui hoje falar sobre uma lei de nossa autoria, aprovada por esta Casa e promulgada pelo presidente Julio Garcia. Uma lei que vem nesse momento fazer com que as empresas, concessionárias do serviço público, passem a ter mais agilidade na recuperação de pavimentos e calçamentos quando da realização de obras.

A cena já é por nós conhecida. Abrem-se buracos em vias públicas para obras necessárias, legítimas, para recuperações igualmente urgentes, mas, muitas vezes, esses buracos se eternizam. E quando o pavimento ou o calçamento é recomposto, é feito de maneira extremamente defeituosa, o que faz com que muito dinheiro público seja desperdiçado. Quando o cidadão vai até a prefeitura municipal ou à concessionária de serviço público com vistas a que aquela situação seja reparada, é frequente haver um desacerto entre o poder público municipal e a empresa, sobre de quem seria a responsabilidade para tapar aquele buraco que lá fica.

Então, essa lei, hoje, já em vigência em todo estado, prevê que a reparação do calçamento ou pavimento seja realizada em até 48 horas após o término da obra. E o pavimento ou calçamento tem que ter restabelecida a sua função original, ou seja, como estava tem que ficar. Sujou, limpa; quebrou, conserta.

Esse é o objetivo da lei que prevê também a criação do telefone 0800 para que o cidadão possa ser o grande fiscal e que possa informar ao poder público sobre esses acontecimentos. É lógico que a grande atribuição será do poder público municipal, ou das prefeituras de proceder à fiscalização. Mas pelas centenas de e-mails que recebi no nosso site da internet, pelo elevado número de ligações que temos recebido, tenho certeza de que é uma lei importante, fundamental e que nos diz respeito, pois vem afetando e muito a sociedade catarinense e seus mais diversos municípios. A lei está aí, ou seja, o instrumento legal para que as empresas possam tapar os buracos no prazo correto já existe, agora cabe o poder de fiscalizar ser efetivo.

Srs. deputados, gostaria também de falar aqui sobre um outro projeto de lei que demos entrada nesta Casa, na semana passada, que visa à modificação do nome do complexo penitenciário de São Pedro de Alcântara. Fomos procurados por várias lideranças daquele município, que nos colocavam que hoje aquele complexo penitenciário, o maior de Santa Catarina, recebe presos de alta periculosidade de todo o estado, mas o seu nome remete à cidade, que é a primeira colônia alemã do nosso estado, o belo e ordeiro município de São Pedro de Alcântara.

O noticiário policial, infelizmente, hoje, talvez ocupe o maior espaço em função do elevado número de delitos e vive referindo-se ao complexo penitenciário de São Pedro de Alcântara, ou seja, a primeira colônia alemã do estado hoje é lembrada como colônia penal. O município não merece isso, até porque lá não existe, deputado Sílvio Dreveck, um único preso que seja natural ou que tenha cometido delito no município de São

Pedro de Alcântara. Então, o nosso projeto visa denominar o complexo penitenciário de São Pedro de Alcântara como Complexo Penitenciário do Estado, que é o que ele representa hoje ao receber presos de diversos municípios.

Outra questão que muito nos preocupou, deputado Kennedy Nunes, foi que o prefeito levantou que os presos em São Pedro de Alcântara são considerados cidadãos do município - que tem 2.600 habitantes -, e a penitenciária conta com mil presos. Então, todos os índices de IDH do município estão desabando por causa dos homicídios e das doenças.

Assim, também é uma questão que estamos resolvendo no IBGE e na secretaria da Saúde, no sentido de que não considere aqueles presos temporariamente como habitantes, para o ponto de vista estatístico, porque isso está causando um decréscimo violento no índice de desenvolvimento daquele município.

Srs. deputados, se não tomarmos medidas para reduzirmos esses impactos, será muito difícil convencer os municípios catarinenses a recepcionarem penitenciárias, presídios e unidades prisionais tão necessárias, infelizmente, à segurança pública do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT e logo após ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, srs. deputados e sra. deputada, inicialmente gostaria de fazer o registro de que neste momento está acontecendo aqui uma coletiva de imprensa da nossa presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, nossa companheira Luci Choinaki, juntamente com os parlamentares da nossa bancada, anunciando o evento que acontece neste final de semana, ou seja, a nossa reunião de diretório estadual e a nossa conferência estadual deste ano, que vai definir, diante da conjuntura política, as nossas estratégias, as nossas táticas eleitorais e os nossos desafios para a próxima conjuntura. Então, por isso, estamos dando publicidade desse grande evento que vai ser realizado neste final de semana pelo Partido dos Trabalhadores.

Ocupo esse horário do Partido dos Trabalhadores para falar do significado da saída ou da não-reeleição do presidente de Cuba, Fidel Castro. Toda imprensa brasileira e mundial está repercutindo a posição de Fidel Castro de não mais concorrer à Presidência da República de Cuba. Qual o significado, não só da saída, da não-permanência ou da não-reeleição de Fidel Castro? Mas mais do que isso, deputado José Natal, qual é o significado da presença desse governo socialista que transformou aquele país a partir de 1959? Como estava o país até 1959 e como Fidel Castro deixa aquele país?

Nas várias áreas da sociedade, nos vários programas públicos, nas várias políticas públicas, acho que sem paixão, sem somente a preocupação ideológica, diante de aceitar ou não a experiência socialista ou os defensores da experiência neoliberal ou capitalista, para fazer justiça aqui temos que reconhecer Cuba antes de Fidel Castro e Cuba agora, a partir desse *hermanito* que Fidel Castro deixa na presidência de Cuba, um país que era miserável, um país semi-escravo, um país com analfabetismo, um país com a maior parte da população doente, sem direito à saúde, como era em 1959.

Hoje, quais os indicadores de Cuba? Quais os indicadores sociais do nosso país cubano? Em primeiro lugar, Cuba apresenta os melhores indicadores sociais do mundo. Vamos para a educação: foi o primeiro país do mundo a eliminar o analfabetismo. Mais de 99,8% da população cubana acima de 15 anos sabe ler e escrever, e a maioria do povo cubano tem ensino superior. Quanto ainda temos que lutar no Brasil para darmos à maioria dos nossos jovens o direito de estudar, o direito de ir para a universidade?

A saúde em Cuba é totalmente gratuita e é referência para o mundo. Conversávamos, eu e o deputado José Natal, há poucos dias, com o cônsul cubano, na Assembléia Legislativa, em nome da Presidência desta Casa, sobre a experiência de saúde do povo cubano e sobre a solidariedade de Cuba para com os povos da América Latina e para com os jovens mais pobres que não têm direito, nos seus países, de cursar Medicina, mas que estão lá fazendo esse curso. Inclusive, neste momento, no Brasil, existem mais cem jovens embarcando para Cuba, para fazerem o curso de Medicina, que é considerado uma das melhores experiências de saúde do mundo. Lá existe um médico, deputado Manoel Mota, para cada 164 habitantes. No Brasil existem 386 pessoas para cada médico. É mais do que o dobro. Portanto, quanto temos que avançar para conseguir o que Cuba já conseguiu?

Na área da habitação, 85% da população cubana têm casa própria. Os restantes 15% pagam de US\$ 1,00 a US\$ 2,00 por mês de aluguel e depois de algum tempo essa dívida é amortizada e eles se tornam proprietários dessa casa. Existem problemas em Cuba? Existem. Existem dificuldades em Cuba? Existem.

Os Estados Unidos faz boicote econômico há mais de 30 anos contra o povo cubano, persegue o governo cubano, prende cubanos - e existem cinco cubanos presos de forma injusta e ilegítima lá em Miami. Inclusive, queremos apresentar uma moção aqui de solidariedade, como tantos outros Parlamentos da Europa inteira, dos países da América Latina inteira e da própria ONU, pedindo para que seja feito de forma justa o julgamento dos cinco cubanos - economistas, engenheiros, que estavam combatendo o terrorismo em Miami contra o povo cubano. E quero apresentar uma moção aqui, na tarde de hoje, no sentido de que seja revista essa condenação.

Portanto, temos que discutir as dificuldades do povo cubano. Mais de 95% da população, onde o voto não é obrigatório, foi para as urnas eleger o Parlamento cubano, o Conselho e a Assembléia, que vai escolher o novo presidente de Cuba.

Existem problemas em Cuba? Existem. Tem que se avançar na democracia? Tem. Mas não é possível imaginar, neste momento, que o Parlamento catarinense não possa dizer que Cuba tem mais igualdade social que o Brasil, tem mais direitos e garantias do que o nosso próprio país, mas tem que lutar para melhorar essa sociedade, esses países e, por último, defender a autodeterminação dos povos.

O presidente George Bush, autoritário, sanguinário, criminoso, que está matando o povo do Afeganistão, que matou parte do povo do Iraque, que apoiou os golpes militares nesses 50 anos de Cuba, que apoiou os golpes militares na América Latina inteira e no Brasil, que apoiou o Fujimori no Peru, que apoiou a morte de Salvador Allende no Chile, que bancou as ditaduras militares no Brasil, na América Latina, não pode dizer que deixar Fidel no governo não vai ter democracia em Cuba, porque os Estados Unidos não têm moral para falar em democracia, até porque o presidente George Bush foi eleito indiretamente, na última eleição, pela minoria dos delegados do seu povo.

Quero manifestar a nossa solidariedade ao povo cubano, que continue as mudanças, fazendo as melhores transformações para o povo cubano, respeitando a autodeterminação e a soberania dos povos. Como Cuba não quer ser invadida por ninguém nem pelos Estados Unidos, nós, do Brasil, também não queremos que ninguém faça ingerência ao nosso país. E não dá para confundir democracia com invasão dos Estados Unidos a Cuba, que tem que continuar autodeterminada e dando soberania ao povo cubano, com mais justiça, com mais igualdade.

Viva o povo cubano. Viva a maturidade política do povo cubano. E que essa transição tenha uma convenção social tranquila, serena, não para o capitalismo, mas para a continuidade do socialismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Registramos, com muita honra, a presença da presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, ex-deputada estadual, ex-deputada federal, sra. Luci Choinaki.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Após ouvir várias manifestações de colegas deputados e do próprio governo nos últimos dias, sinto-me na obrigação de esclarecer à população catarinense a respeito do processo que tramita no TSE, na ação contra a diplomação (cassação) do governador Luiz Henrique da Silveira.

O que temos visto e ouvido é que o atual governo e seus aliados estão tentando mudar o foco dos fatos arrolados no processo, pois a ação que pede a cassação da diplomação em seu conteúdo acusa o atual governo de abuso de poder político e econômico com fartos documentos comprobatórios, entre outros: cópias de encartes, revistas, jornais e até DVD, conforme o relator do processo.

Portanto, srs. deputados, os fatos arrolados no processo não dizem respeito à renúncia do governador na época, não é isso que está sendo julgado, menos ainda se o governador está entregando obras de pavimentação asfáltica e outras, com recursos do BID IV e do Microbacias II, contratadas pelo governo anterior de Esperidião Amin."

Temos exemplos claros, na última revista que o governo trouxe aqui na Casa, com prestações de contas. Chama atenção o trecho da SC-301 - Campo Alegre a São Bento do Sul. Essa obra, que contou com recursos do BID IV, contratada no governo de Esperidião Amin, foi propagada pelo atual governo como obra da descentralização, mas não é isso que se está questionando no Tribunal. Não se está questionando aqui a promessa que o governador fez, em Timbó Grande, de fazer o asfalto. Mas já se passaram cinco anos, e o asfalto não aconteceu. Não é isso que se está questionando.

Há cinco anos em Taiópolis, em Moema, em Bom Sucesso que o governador não cumpre com a sua promessa. Não é a promessa que o governador fez em São Bento do Sul, para toda a imprensa, de que iria entregar um caminhão do Corpo de Bombeiros e até hoje não entregou. Não se está questionando que o governador foi a Campo Alegre e encaminhou no sentido de os seus secretários entregarem um veículo para a segurança nesse município. Entregaram só as chaves. Não é isso que se está questionando no processo.

Deputados governistas, com todo respeito aos colegas, o próprio governo não fala no mérito do processo. Muda o foco, tentando sensibilizar a população catarinense, fazendo-se de vítima. Ora, vamos agir com a razão, não com a paixão, com a emoção.

O que está arrolado no processo é o que o governo fez na época. Desrespeitou a Lei n. 9.504/1997, art. 74, utilizando-se de dinheiro público para fazer a sua promoção pessoal. O que está arrolado no processo é o que o relator colocou, é o que está aqui. E os aliados, em Santa Catarina, estão tentando, repito, e o próprio governo, a não entrar no mérito da questão e simplesmente continuam a repetir: o governo que entrega obras, o governo que nasceu em Blumenau, que nasceu em Joinville. Não é isso que se questiona! O que está arrolado no processo, volto a repetir, é o desrespeito à lei.

Por definitivo é de responsabilidade de todos os partidos, Situação e Oposição, tornarem pública a verdade dos fatos, porque Santa Catarina vai continuar trabalhando com governo "a" ou "b", com partido "a" ou "b".

Eu entendo e compreendo que os deputados aliados, que os partidos aliados, defendam o atual governo, mesmo mudando o foco, que não é justo. Mas o que não entendo, e isso me preocupa, é fazer com que entidades de classe, com que instituições tomem uma posição partidária. Isso é perigoso, srs. deputados, porque, afinal de contas, entidades são partidárias, representam segmentos de todos os partidos e não de filiados a partidos. E quem está julgando não é o Partido Progressista, não é a coligação. Quem está julgando é o Tribunal Superior Eleitoral.

Democracia não significa apenas votar e ser votado. Significa também cumprir a legislação em vigor, não se prevalecendo do *status* de eleito para burlar a lei em proveito próprio, por manifestações intempestivas e apaixonadas contra ou a favor do atual governo catarinense.

Srs. deputados, temos que ter tranquilidade, serenidade para conduzir o estado de Santa Catarina sem que haja tentativa de sensibilizar o povo, no sentido de parar, estagnar o estado por conta de uma ação que na verdade está para ser julgada. Mas acreditamos que a justiça será feita em favor de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna, na tarde de hoje, no horário do PDT, partido da base aliada ao governo Luiz Henrique da Silveira, para demonstrar a nossa solidariedade a ele. E a nossa preocupação é com todo o estado de Santa Catarina, que vem sendo acometido com esse julgamento no Superior Tribunal Regional.

Vejam como a vida, às vezes, é irônica. O governador Luiz Henrique da Silveira renunciou ao cargo para se colocar em igualdade com todos os outros candidatos postulantes ao cargo de governador do estado. E, por ironia do destino, esse gesto de desprendimento do governador, que foi o único do Brasil que renunciou ao cargo para disputar a reeleição, porque a lei lhe dava o direito de permanecer em seu cargo, disputar a reeleição como qualquer outro cargo executivo, como o Presidente Lula se manteve no seu cargo de presidente da República quando concorreu à reeleição, quando inúmeros prefeitos de Santa Catarina concorreram à reeleição e mantiveram-se no cargo de prefeito durante o processo eleitoral, acarretou-lhe um processo agora com a possibilidade de uma cassação do seu mandato por atos que ele não cometeu, porque estava fora do governo e, acima de tudo, por ter sido um processo lícito, disputado de igualdade com os outros candidatos.

Luiz Henrique da Silveira está pagando um preço muito alto pelo grande governo que vem fazendo em Santa Catarina. O governo da descentralização, um governo que leva os recursos e as obras a todos os municípios de Santa Catarina. Mais de R\$ 100 milhões foram destinados à região de Brusque, Guabiruba, Botuverá, na microrregião do vale do Itajaí-Mirim, obras essas importantes. Só na minha cidade de Brusque o governador Luiz Henrique da Silveira já esteve 42 vezes como governador do estado. Nunca na história de Brusque tivemos um governador que esteve tantas vezes prestigiando um importante município como o de Brusque.

Queremos, neste momento, acreditar que o julgamento seja consciente e que a verdade seja transmitida a todo o país. Que a lisura do processo, que a honestidade do governador Luiz Henrique da Silveira, que hoje está sendo colocada à prova, venha a ser respeitada, porque acreditamos na sua inocência, na sua disputa à eleição sem ser governador em exercício, passando o cargo a Eduardo Pinho Moreira. E esse trabalho que foi feito, essa dedicação durante a campanha, com denúncias talvez até infundadas, gerou um processo que em Santa Catarina foi julgado pelo TRE, pelo Tribunal de Justiça, dando ganho de causa ao governador.

O prejuízo que Santa Catarina está tendo nesse período do julgamento é enorme. Nós temos previsão de um investimento de mais de R\$ 12 bilhões para os próximos anos, e toda essa insegurança pode trazer causas danosas ao nosso estado. Por isso pedimos que o processo de julgamento seja encaminhado o mais rápido possível.

Eu tenho certeza de que o povo brasileiro, assim como nós, deputados da base aliada, está torcendo para que o resultado seja aquele que as urnas de Santa Catarina deram ao governador Luiz Henrique da Silveira, que ganhou no primeiro e no segundo turnos. E que o resultado, a vontade do povo catarinense, seja respeitado em todo território nacional. Porque o povo catarinense teve a oportunidade de dar ou não o cargo de governador a Luiz Henrique da Silveira, escolhendo-o para ser o seu governador.

Por isso, queremos que desse julgamento sejam afastadas todas as partes políticas, que a verdade venha à tona e que Santa Catarina mantenha o governador eleito pelos catarinenses que assim o quiserem e assim o desejaram.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Dagomar Carneiro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, minha ilustre amiga, presidente deputada Ana Paula Lima. Muito orgulha este Poder ter uma mulher presidindo a sessão; uma mulher à frente de uma Casa de leis muito honra as mulheres catarinenses. O nosso estado tem o nome de uma mulher, Catarina, e o nosso é um estado feminino, pois aproximadamente 60% da população são de mulheres.

Por isso, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, quero fazer um apelo a todos, para que nos ajudem a aprovar o nosso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual. Inclusive, ontem tivemos a votação em primeiro turno, e v.exas. foram unânimes em votar a favor da nossa proposição, que virá à votação em segundo turno e depois em redação final. E espero que o chefe do Poder Executivo sancione esse projeto que é pautado nos princípios do Código de Processo Penal e da Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

(Passa a ler.)

"Muitas vítimas de violência sexual têm presente traumas decorrentes de complicações físicas e psicológicas, somados à demora no atendimento, que também é outro fator de constrangimento e que muito agrava seu estado já abalado.

O projeto apresentado visa colaborar na assistência médica legal e assistencial, psicológica, social e jurídica às vítimas dos crimes de violência sexual, que muitas vezes, srs. deputados, têm receio de serem expostas a novas violências e ao desrespeito, que podem afastar a possibilidade de busca penal dos agressores, porque preferem ficar caladas."

E aí eu faço um apelo ao nosso colega deputado Ronaldo Benedet, que hoje é secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que contemple as mulheres catarinenses com a instalação, em outros municípios, da Delegacia da Mulher. Nós sabemos da deficiência. Existe Delegacia da Mulher somente em alguns municípios, e a mulher está precisando, porque a violência doméstica acontece dentro dos seus próprios lares, ocasionada pelos seus próprios esposos.

(Continua lendo.)

"Então, sras. deputadas, srs. deputados, sra. presidente, as ocorrências de abusos sexuais, como nos casos dos chamados crimes contra a liberdade sexual, o estupro e o atentado violento ao pudor, podem acarretar às suas vítimas, na maioria mulheres jovens e crianças, diversas seqüelas de natureza física, psíquica e emocional, que quase sempre são pessoas carentes e humildes da sociedade, impossibilitadas de suportar os custos financeiros do tratamento necessário à sua recuperação, merecendo, assim, a atenção do estado na sua ação social protetora."

Então, eu gostaria, sras. deputadas e srs. deputados, que possamos aprovar e ter também a assinatura do chefe do Executivo sancionando e tornando lei esse nosso projeto que vem contemplar mulheres e crianças vítimas de abuso sexual.

Em outro momento, vou me manifestar sobre os *e-mails* que estou recebendo. Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PSDB que queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos apresentou parecer favorável ao ofício 001/2008, de entidade social, que encaminha relatório de atividades;

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0061/2003, que encaminha documentação de acordo com a Lei n. 11.288 de 1999.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0521/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0523/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes, que institui o parcelamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0065/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS - dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0146/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que altera a Tabela III da Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0456/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0494/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara o município de Campo Alegre Capital Estadual da Ovelha.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0650/2007, de autoria do deputado Décio Góes, que denomina Vale da Uva Goethe a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pedimos a palavra, sra. presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, gostaria de elogiar a iniciativa deste projeto de autoria do deputado Décio Góes, principalmente pela história que esta região tem, relacionada com a etnia italiana. A uva Goethe é uma uva que resulta do cruzamento da uva Isabel, que é uma uva considerada americana, com a uva Moscato. Essa uva, que foi uma espécie desenvolvida e trabalhada pelo químico Goethe, que tinha até desaparecido daquela região, veio com os imigrantes italianos, agora está ressurgindo graças ao trabalho da Epagri e de enólogos que daquela região.

Passaremos a ter uma região demarcada geograficamente, como é o Vale da Uva, na região de Bento Gonçalves. Graças a um estudo realizado através da Epagri, do Governo do Estado e da Secretaria da Agricultura, teremos a demarcação dessa região também na produção de vinhos, com a novidade que a uva Goethe tem, da pesquisa no cruzamento com uma uva americana, a uva Isabel, que deixa o vinho com grande qualidade e mais resistência.

Então, Santa Catarina mais uma vez está na frente, com essa grande novidade que poucas pessoas conheciam, que era de origem da região, que haviam esquecido e que foi recuperada graças ao trabalho da Epagri, da secretaria da Agricultura e agora, com esta homenagem que a Assembléia Legislativa está fazendo àquela região como forma de incentivo, ela será demarcada geograficamente e será um produto muito comercializado que irá tornar a região mais conhecida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Que belíssima explicação, deputado Professor Grando. Realmente essa região merece toda a nossa consideração.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados e sras. deputadas, há dois projetos de lei extra pauta. Consulto os srs. líderes se podemos fazer a votação dos mesmos na data de hoje.

(Pausa)

Não havendo manifestação contrária, passamos às votações:

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0516/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Literária Florianopolitana, com sede no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0526/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a instalação da Associação Brasileira de Portadores de Câncer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0011/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera, 0012/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon, e 0013/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Partido Progressista de Rio do Sul, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Xaxim, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros, solicitando apreciação pelo Plenário do parecer contrário exarado pela comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0561/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial de Criciúma - Acic, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos formandos dos cursos de Tecnologia em Gastronomia, Administração, Fisioterapia e Comunicação Social da Unisul de Florianópolis e dos cursos de Letras, Psicologia, Educação Física e Educação Física e Esportes da Unisul de Tubarão, cumprimentando-os pela colação de grau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse dos juizes substitutos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da RIC-Record de Florianópolis, cumprimentando-o pela formação da nova rede de comunicação.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Para que v.exa. possa respirar um pouco, peço a palavra. Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vice-prefeito de Pinhalzinho, sr. Sérgio Matte, e desejar-lhe sucesso na sua jornada aqui por Florianópolis.

Assim v.exa. deu uma descansadinha e volta com mais paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, cumprimentando-a pelos seus 50 anos de vida religiosa e 25 anos de dedicação à saúde da população daquela região.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Gelson Merísio, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Colégio La Salle, de Xanxerê, cumprimentando-o pelo aniversário daquela instituição.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, solicitando a construção da terceira pista de rolamento nos pontos críticos da rodovia BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, solicitando a adoção de medidas para tornar obrigatória a exibição em salas de cinema e casas de espetáculos de propaganda alertando sobre os riscos do uso do álcool combinado com a condução de veículos automotores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, solicitando a agilização na recuperação e restauração da rodovia BR-116, no trecho compreendido entre os municípios de Monte Castelo e Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os convênios firmados entre a Casan e a prefeitura de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações relativas à destinação dos valores oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários de estado da Administração e da Coordenação e Articulação Política, solicitando informações sobre o adiantamento para despesas de servidores civis e militares lotados na Casa Militar em 2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente e srs. deputados, inicialmente, gostaria de prestar uma homenagem a dois colegas meus, engenheiros agrônomos e funcionários da Epagri, que faleceram no final do mês de janeiro. Primeiro, quero fazer referência ao engenheiro agrônomo Reni Alencar Werner, que faleceu no último dia 31 de janeiro.

(Passa a ler.)

"Reni era engenheiro agrônomo extensionista da Acaresc e da Epagri, especialista de pós-colheita, isto é, em armazenagem de hortifrutigranjeiros. Prestou consultoria a vários países da América do Sul e na Ásia, esteve no Nepal prestando assessoria àquele país e foi responsável pela implantação de *pekin house*, ou seja, armazéns de conservação de frutos no estado de Santa Catarina. Faleceu aos 64 anos, como eu disse, no último dia 31 de janeiro, tendo deixado, com certeza, grandes serviços prestados e uma lacuna na área técnica de sua especialidade."

Portanto, deixo aqui a minha homenagem, bem como de todos os funcionários e da Assembléia Legislativa, a esse engenheiro agrônomo que tantos serviços prestou ao nosso estado.

Da mesma forma, gostaria de prestar uma homenagem a Ilo de San Plácido Brandão, que faleceu também no dia 30 de janeiro último.

(Passa a ler.)

"O nosso amigo Ilo, que trabalhava com crédito rural, nasceu em Minas Gerais no ano de 1921. Também era engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal do Paraná, e iniciou a sua atividade profissional no ano de 1953, na Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural do Paraná, oportunizando, na época, crédito rural aos agricultores paranaenses.

Em 1957 veio para Santa Catarina e iniciou como extensionista rural na cidade de Curitiba, onde atuou no antigo Núcleo Tríticola de Curitiba.

Devido a essa sua experiência, a essa grande vivência com o crédito rural na Acaresc, hoje Epagri, fez um curso de pós-graduação em Administração Rural, na antiga Fazenda Ipanema, em São Paulo, ministrado pelo IICA - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Por ocasião da criação do BDE, hoje Besc - e, aliás, ele está saindo do Programa de Estatização do Governo Federal -, o Ilo implantou o crédito rural do banco no estado, sendo o primeiro diretor da Carteira de Crédito Rural do Besc.

Foi um grande incentivador do Crédito Educativo, o que significa que o produtor rural só recebe o recurso e aplica com base em um plano técnico de sua propriedade, um plano técnico previamente elaborado pelos técnicos da Epagri, na época da Acaresc.

Pai de dois filhos, já viúvo, faleceu, como eu disse, no dia 30 de janeiro.

A agropecuária e a agroindústria catarinenses têm a marca muito forte da personalidade, da competência e do trabalho profícuo desse engenheiro agrônomo, o dr. Ilo de San Plácido Brandão.

Essa menção é o mínimo que esta Casa, que representa a sociedade catarinense, pode fazer em homenagem a esses dois engenheiros agrônomos que tanto fizeram pela sociedade catarinense."

Aproveitando este espaço que me resta, quero também fazer uma menção à entrevista que o governador Luiz Henrique concedeu ao jornalista Renato Igor, na sua residência, que aborda diversos pontos interessantes. E nela o governador demonstra tranquilidade, serenidade e que conhece muito da política de Santa Catarina, tendo a convicção de que ele permanecerá, sim, com certeza, no seu cargo até o final do seu mandato.

Quero aqui abordar alguns pontos que foram perguntados ao governador, citando as respostas do governador Luiz Henrique.

Uma das perguntas feitas pelo Renato Igor foi a seguinte:

(Passa a ler.)

"Qual foi a reação do senhor quando proferido o terceiro voto no TSE, pedindo a sua cassação?"

Luiz Henrique respondeu: "Foi de duas categorias. Primeira, evidentemente, de surpresa, e a segunda de tranquilidade. Do que me acusam? Acusam-me de abuso do poder. Que eu teria sido reeleito por ter abusado do poder. Acontece que eu deixei o governo no prazo de desincompatibilização, fui o único governador que renunciou ao mandato, exatamente porque eu não aceito reeleição sem desincompatibilização. Procedi assim quando fui candidato à reeleição na prefeitura e procedi assim quando fui candidato a governador reeleito". [...]

Quando foi perguntado: "O senhor admite que a sua situação é delicada quanto ao julgamento no TSE?" O que ele disse? "Não, até porque essa matéria não se esgota na decisão do TSE. Se essa votação me for desfavorável, temos ainda os embargos ao próprio TSE. E, além disso, tem uma longa batalha jurídica no Supremo Tribunal Federal, se ainda assim, nos embargos no TSE, não obtivermos vitória. O vice-governador foi totalmente desconsiderado no processo. E onde está o direito de defesa, que é pedra angular da Constituição? O vice-governador nem foi citado." [...]

Quando foi perguntado sobre o projeto de isenção de IPVA para motos de até 200 cilindradas, Luiz Henrique respondeu: "Ah, isso é um absurdo! O governador que enviou esse projeto chama-se Eduardo Pinho Moreira, maior de idade, livre, emancipado, politicamente capaz, independente. Eu e o Eduardo temos uma relação de correligionários políticos, mas não há submissão de um em relação a outro. Agora, isso tem uma origem de uma cultura política. Quem está promovendo isso? É quem está acostumado com golpe, com ditadura, com regime de exceção. Nós derrotamo-lo três vezes seguidas, contrariando a tendência das eleições catarinenses, por uma larga margem de votos. Foram 528 mil votos no primeiro turno, que é quando cada força se apresenta, é um resultado extraordinário". [...]

Foi perguntado: "Há a possibilidade de o senhor renunciar?" Luiz Henrique respondeu: "Isso é uma barbaridade. Somente deturpado é que pode pensar nisso. Por que eu renunciaria? Eu sei que vou ganhar. Mas vamos admitir que eu achasse que iria perder. A cassação do meu diploma não envolve a perda de direito político. Admitamos que eu perca o diploma, e o Tribunal determine uma nova eleição. Eu sou candidato, porque é dentro do meu mandato. Se esse processo porventura chegar ao fim e eu for condenado, anula-se essa eleição e convoca-se outra, e eu posso ser candidato. Que loucura é essa de que eu vou renunciar? Isso é criado só para iludir a opinião pública."

O governador também foi perguntado sobre a possibilidade de reverter o voto dos três ministros que já se manifestaram e respondeu dizendo: "[...]Estão falando aí que eu vou ser cassado e que o meu adversário assume. Não existe essa hipótese. Eu ganhei a eleição com 52% dos votos. Se eventualmente o meu mandato e o meu diploma forem cassados, teria que ser convocada uma nova eleição. Mas isso aconteceria lá daqui a não sei quanto tempo, depois do último pronunciamento do TSE." [sic]

Portanto, vejam só que essa entrevista do governador Luiz Henrique da Silveira, deputado Manoel Mota, demonstra tranquilidade. E é verdade. As coisas têm sido deturpadas. Eu estou absolutamente tranquilo, porque, primeiro, esse quadro vai ser revertido agora, ainda na votação no Supremo Tribunal Eleitoral. Mas mesmo que venha a acontecer, sem dúvida ele poderá recorrer ao Supremo, ainda na condição de governador, porque ela será dada pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Portanto, fiquem tranquilos, catarinenses, porque Luiz Henrique continuará, sim, governador do estado até o final de seu mandato.

Muito obrigado, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje ocupo esta tribuna para, primeiramente, fazer um comunicado importante e que o deputado Pedro Uczai já fez aqui, ou seja, que no próximo final de semana, no sábado e domingo, o nosso partido estará reunido, possivelmente nesta Casa, para uma grande conferência eleitoral. O partido vem-se preparando para as próximas eleições municipais. Hoje temos 24 prefeitos, 29 vice-prefeitos e 210 vereadores em 140 municípios no estado de Santa Catarina.

Então, faremos uma grande conferência para debater as nossas políticas eleitorais, as nossas alianças deste ano e também para fortalecer toda uma estratégia das eleições e o nosso crescimento, já que o nosso partido vive um grande momento. Portanto, sábado e domingo, o PT fará esse grande evento aqui em Florianópolis, com a presença de companheiros de todos os municípios do estado de Santa Catarina.

Outro fato que teve destaque em toda a imprensa como um acontecimento importante e internacional dos últimos dias foi o fato de o nosso presidente Fidel Castro, deputado Pedro Uczai, ter desistido da Presidência de Cuba. E certamente depois de Fidel Castro, com certeza a América Latina não foi mais a mesma. Esse grande líder construiu um país diferente e deu qualidade de vida diferente para o povo cubano. Podemos ter as nossas críticas devido à sua forma de governar, mas o que é importante é que, seja o sistema que for, os cubanos têm os seus direitos fundamentais garantidos, deputado Reno Caramori, com saúde e educação gratuitas. O nível de vida do conjunto da população é extraordinário. Essa é a grande diferença.

Certamente no mundo todo esse assunto está sendo discutido neste momento. E por muitas e muitas vezes os Estados Unidos quiseram tomar conta desse país, mas, pela resistência, pela segurança, pela organização e pela participação da sociedade, isso não ocorreu.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Que bom que hoje se traz a presença de Fidel, de Cuba, da sociedade daquele país. E por isso quero cumprimentá-lo!

O cientista político Emir Sader - e a assessoria da bancada do PT fez um texto -, em algumas reflexões, diz o seguinte: "É o final de uma carreira de um dirigente político muito digno, de um homem que mudou a história da América Latina e do mundo. Ele fecha o seu ciclo como um grande dirigente, de forma lúcida e combativa. E a revolução cubana continua e segue o seu curso. A oposição internacional pode fazer o que quiser, mas Fidel Castro já não é o dirigente político da revolução. A transição foi feita no marco da sociedade socialista."

Por isso Cuba tem que continuar transformando-se num país cada vez melhor.

Parabéns pela sua posição também, porque é assim que vamos destacar não o que os Estados Unidos querem e do jeito que pensam a democracia, mas uma democracia social em que todos tenham educação, saúde e habitação em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. O deputado Sargento Amauri Soares certamente vai comentar também esse momento que o mundo vive.

Esse sistema que Cuba construiu, e com certeza vai continuar construindo, é um exemplo para o mundo, e isto o capitalismo não conseguiu resolver: a concentração da renda em poucas mãos e um grande contingente de trabalhadores cada vez mais pobre, passando fome, miséria, sem direito à educação e à saúde, sem direito às questões fundamentais do ser humano.

Também quero trazer aqui presente hoje uma grande preocupação. Percorri o *blog* do jornalista Moacir Pereira e também verifiquei documentos e resoluções da Cidasc de Santa Catarina instituindo uma taxa, através da Resolução de Diretoria n. 01/2008. E a Gerência estadual de defesa sanitária vegetal - Gedeve -, através de uma instrução de serviço, dispõe sobre os procedimentos empregados para a cobrança pela emissão da permissão de trânsito vegetal - PTV.

Preocupou-nos essa resolução da diretoria da Cidasc, de uma cobrança de R\$ 10,00, deputado Joares Ponticelli, para o trânsito de produtos vegetais no estado de Santa Catarina, porque entendemos que não possa se cobrar novas taxas de serviços públicos em Santa Catarina. Conversamos há pouco com o secretário da Agricultura e ele comentou que é uma taxa para os produtos que saem de Santa Catarina com cargas fechadas. Mas fica a grande preocupação, no sentido de se essa cobrança será só para produtos que saem do estado ou se isso é o início de um processo de cobrança para produtos que vão para as feiras e que vão circular dentro do estado de Santa Catarina, prejudicando a nossa agricultura familiar.

Então, esperamos que essa taxa seja, de fato, como diz o secretário, pois não está claro aqui na resolução da na Gerência Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, se é de fato só para cargas que saem do estado, cargas fechadas, ou se será para cargas que circulam no estado de Santa Catarina. Porém, é mais uma taxa que incide, ou seja, ou o agricultor terá esse valor descontado do seu produto ou o consumidor vai pagar essa taxa.

Então, fica mais uma vez, de fato, uma preocupação. E sempre estaremos aqui atentos à instituição de novas cobranças que, normalmente, vêm prejudicando a competição do nosso produto e a renda do nosso agricultor familiar. Nós esperamos que de fato isso seja revisto pela Cidasc, pelo governo do estado e pela secretaria da Agricultura.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Dirceu Dresch, estou encaminhando um pedido de informação, através da comissão da Agricultura, e poderemos tratar desse assunto após a sessão, porque teremos uma reunião da comissão da Agricultura e Política Rural.

Nós mantivemos contato com a Cidasc, e as informações não fecham. Realmente, parte de uma resolução da diretoria uma norma de serviço, na qual não existe um parâmetro para a criação da taxa, mas é uma lei federal que a institui, porque não diz se são R\$ 2,00 ou se são R\$ 10,00, mas pelo que a Cidasc passou aqui são R\$ 10,00. Agora, são R\$ 10,00 por nota emitida do produtor ou são R\$ 10,00 por caminhão? Digamos que saiu um caminhão de maçã de Fraiburgo, com destino a Curitiba, ele tem que emitir nota. Se sair com uma fatura, com uma nota do produtor, são R\$ 10,00. Mas se sair com 30 notas do produtor, que ele vai vender nos mercados picados? Quanto a isso, não diz nada na resolução.

Então, estaremos discutindo isso hoje na comissão de Agricultura. Até estamos enviando um pedido de informação para que eles coloquem no papel essa informação, para que possamos tomar atitudes cabíveis por este Parlamento.

SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço o aparte de v.exa.

De fato, estaremos acompanhando isso muito de perto. Hoje, com certeza, na nossa reunião da comissão de Agricultura haverá um esclarecimento, pois a partir dessa resolução queremos ter mais clareza, mais segurança do que trata essa questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero agradecer ao meu líder, deputado Sílvio Dreveck, por ter trocado o horário. Gostaria de dizer que v.exa. fez um esclarecedor pronunciamento no horário dos Partidos Políticos na tarde de hoje.

Quero aproveitar este espaço para começar a debater, deputado Pedro Uczai, essas inverdades e essa chantagem articulada que o governo começa a patrocinar por toda Santa Catarina.

Quero, em nome da verdade, em primeiro lugar, deputado Valmir Comin, que preside esta sessão, solicitar que seja considerado lido e vou pedir que a taquigrafia possa registrar depois nos anais desta Casa o editorial do jornal *Diário Catarinense* do dia de ontem, intitulado "Preserve-se o Estado", que traz a seguinte visão do grupo RBS.

(Passa a ler.)

"O que se pode desejar é que a mais alta corte eleitoral do país conclua o julgamento com serenidade e isenção, sem se deixar influenciar por pressões políticas, venham de onde vierem." [sic]

Vale a pena a leitura desse editorial do jornal *Diário Catarinense* do dia de ontem. Eu solicito que seja incluído nos anais desta Casa e depois vou fazer chegar também às mãos de cada deputado.

(Passa a ler.)

"Preserve-se o Estado

Santa Catarina vive um momento de grande tensão política, gerada pelo julgamento do governador Luiz Henrique da Silveira no Tribunal Superior Eleitoral. Acusado pela coligação derrotada no último pleito de abuso do poder econômico e uso da máquina pública em benefício de sua campanha à reeleição, ele está ameaçado de ter seu diploma cassado. Três ministros do TSE se definiram pela cassação, três outros votarão tão logo o julgamento recomece e, em caso de empate, o presidente da corte deverá dar o voto de Minerva. Há, pois, uma perspectiva real de que o Estado entre num inesperado impasse político neste início de 2008.

Diante de tal cenário, o que se pode desejar é que a mais alta corte eleitoral do país conclua o julgamento com serenidade e isenção, sem se deixar influenciar por pressões políticas, venham de onde vierem. O essencial para os catarinenses é que o estado não seja prejudicado nem se veja obrigado a substituir o atual estágio de estabilidade econômica e social por uma agenda negativa, de cunho meramente político. Talvez seja, inclusive, uma oportunidade para que Santa Catarina sirva de exemplo ao país nesta questão sempre nebulosa da administração da máquina pública.

Um país mostra-se amadurecido quando suas instituições são capazes de proporcionar à sociedade um ambiente jurídico estável, assegurado pelo estabelecimento de normas claras, emanadas de legítimos representantes do povo e pelo sereno respeito à sua aplicação. Quando uma sociedade atinge tal grau de civilização, os contenciosos que surgem, mesmo aqueles mais intrincados ou que venham a suscitar polêmicas aprofundadas, são em geral solucionados sob a égide da justiça, depois de um adequado período em que todos os argumentos e provas expostos pelas partes em litígio são analisados por quem de direito tem a missão de julgá-los.

Este tem sido o grande desafio do país nos últimos anos, especialmente desde a redemocratização em 1985 - fazer com que as instituições aprimorem-se, à medida que ganham experiência com as questões que fazem o dia-a-dia de uma nação populosa e complexa, e que os cidadãos, percebendo a supremacia da justiça, nelas confiem cada vez mais, o que só os estimula a exercitar a cidadania.

Defendemos que os governos têm o direito de fazer a sua comunicação por meio de publicidade oficial, obedecidas as normas constitucionais e as regras eleitorais. Quando há dúvidas sobre tais procedimentos, deve a Justiça se pronunciar. Aos brasileiros interessa primordialmente que litígios de qualquer espécie sejam julgados com imparcialidade. Neste sentido, e justo agora em que uma série de fatos pouco abonadores, patrocinados por membros da classe política, insuflam no cidadão altas doses de descrédito, o episódio catarinense não pode ser encarado como uma ruptura do processo de fortalecimento da democracia. Não é senão mais uma oportunidade de aprendizado. Embora o tema remeta à manutenção ou não do chefe do Executivo estadual e, portanto, de extrema importância para todos os catarinenses. E o que se tem visto até aqui é que as instituições atuam serena e eficazmente, inclusive com a prudência necessária para a minuciosa análise jurídica de questões tão complexas, o serviço público segue sua rotina sem maiores traumas e o setor privado não tem sido prejudicado. Em suma, apesar da gravidade da situação no âmbito político, a vida segue normalmente. Mais uma mostra de que o país vem avançando.

A aprovação do governo

A mais recente pesquisa de opinião, CNT/Sensus, sobre a avaliação do governo federal e o desempenho do presidente Lula consagra fatores que os especialistas vêm considerando decisivos nesse tipo de sondagem. A alta aprovação do governo é atribuída ao desempenho da economia e à percepção de êxito na distribuição de renda. Por essas análises, o governo tem aprovação de 52,7%, e o índice de reconhecimento do desempenho pessoal do presidente é ainda mais alto, de 66,8%, por conta do entendimento de que a produção reagiu e gera emprego e que a população tem atendidas suas necessidades básicas.

A pesquisa explícita, no entanto, um aspecto inquietante. Segundo a amostragem, o mais recente escândalo envolvendo o governo, o uso irregular de cartões corporativos, é condenado pela maioria dos entrevistados. Para 70% deles, ministros e funcionários que, comprovadamente, tenham feito uso ilegal dos cartões devem ser afastados. O que se evidencia, quando se confronta opiniões sobre desempenho do governo e do presidente e sobre o escândalo dos cartões, é a desconexão entre a avaliação do Executivo como gestor da economia e a avaliação da conduta ética de ocupantes do primeiro escalão. De alguma forma, releva-se, em nome do estímulo ao crescimento e à melhoria de renda, os desvios cometidos por ocupantes desse mesmo governo.

Ressalve-se que não é a primeira vez que esse conflito se manifesta em pesquisas de opinião sobre o Executivo federal. Em governos anteriores e em circunstâncias semelhantes, com bons indicadores econômicos e baixos índices de postura ética, consultas populares expressaram opiniões semelhantes. Tal fato merece reflexão de todos, ou estaremos menosprezando a importância do comportamento ético dos governantes na avaliação dos eleitores.

A constatação de que avaliações conflitantes são um fenômeno que se repete não serve de desculpa para que se desista de uma aspiração que não é utópica. Políticas públicas que levem a bom desempenho econômico e à melhoria de padrão de vida devem, sim, ser lastreadas em regras éticas básicas em todos os níveis de governo. É preciso, no entanto, que o Executivo se submeta a esse compromisso, compatibilizando as virtudes de gestor com a de guardião da moralidade da função pública." [Sic]

Quanto aos defensores do governo, alguns treinados para mentir, um deles veio aqui hoje, o deputado Antônio Aguiar, afirmando que o governador Luiz Henrique da Silveira não pode ser cassado porque mandou tirar as fotos dos prédios públicos.

Ele realmente tirou dos prédios públicos, mas mandou colocar as fotos nos jornais, nas televisões e nas rádios e pagou com dinheiro público, para fazer promoção pessoal. Tirou da parede da escola, que é legal, que podia ter, e mandou colocar no jornal, gastando milhões com isso, para se promover. Por isso está sendo cassado, por esse crime. Disse também o deputado que

o governador Luiz Henrique da Silveira gastou R\$ 50 milhões com a mídia em quatro anos e que o ex-governador Esperidião Amin gastou R\$ 62 milhões só em 2002. Outra grande mentira! O governo de Esperidião Amin gastou R\$ 70 milhões com mídia nos quatro anos de governo. É só verificar as contas no Tribunal, vale a pena constatar. Disse que o governador Luiz Henrique da Silveira já ganharia essa ação no TRE de 4 a 2. Outra mentira! Ontem, em uma entrevista na *CBN Diário*, foi esclarecido que essa ação nem pode ser proposta ao TRE, ela é proposta diretamente ao TSE.

Falou ainda o deputado que aquela ação que perderam aqui por 4 a 2 está lá no TSE em grau de recurso e que nem foi julgada ainda; que se ele escapar dessa, ainda tem aquela para ser julgada. Essa é diretamente no TSE, onde estão perdendo de 3 a 0. E, por último, falou que o governador Luiz Henrique da Silveira renunciou para não usar a máquina, enquanto que o Esperidião Amin não o fez. Só que o Esperidião Amin não renunciou e não teve nenhum processo, nenhuma prova de que usou a máquina, tanto que ninguém o processou.

Já o governador Luiz Henrique da Silveira renunciou para dar uma pensão vitalícia para o dr. Eduardo Pinho Moreira. Todo mundo sabe que o dr. Eduardo exigiu isso, ou seja, efetivar-se no governo para ganhar R\$ 25 mil para o resto da vida, sem trabalhar, e ainda ficou usando a máquina para o Luiz Henrique da Silveira. Ou alguém acha que o dr. Eduardo iria usar a máquina para o Esperidião Amin? Mas o dr. Eduardo usou a máquina.

Sobre o dr. Eduardo, deputado Kennedy Nunes, é bom levantarmos algumas questões. O dr. Eduardo ganha R\$ 25 mil por mês como governador aposentado e mais R\$ 22 mil por mês como presidente da Celesc. Um salário de R\$ 22 mil por mês dá quase R\$ 1 mil por dia, e está no jornal que sexta-feira ele iria atender os seus pacientes no seu consultório particular, em Criciúma. Portanto, não foi trabalhar, mas em horário de trabalho estava ganhando dinheiro como médico em Criciúma, certamente para aumentar um pouco mais essa pequena renda que já tem. E na segunda-feira, no horário de trabalho na Celesc, estava em Brasília tentando fazer um *lobby* para salvar o governador Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, tem que descontar pelo menos esses dois dias que o dr. Eduardo está ganhando sem trabalhar. E dois dias de trabalho do dr. Eduardo dá mais ou menos R\$ 2 mil, só na Celesc. Se ele ganha R\$ 22 mil por mês na Celesc, faltou dois dias úteis, dá pelo menos R\$ 2 mil de desconto, porque qualquer trabalhador que falta ao trabalho tem o dia descontado. Mas o dr. Eduardo, que ganha R\$ 50 mil por mês, falta dois dias para ir ganhar dinheiro como médico em Criciúma! É moral isso, deputados do PMDB? É moral o presidente de v.exas. fazer isso? Botem a mão na consciência, porque o povo está começando a perceber esses desmandos todos que estão ocorrendo neste governo.

Mas o que é mais intrigante, deputado Décio Góes, é que para v.exa., segundo o PMDB, a lei vale, ou seja, para cassar o mandato do prefeito Décio Góes a lei valia, mas para cassar o de Luiz Henrique é tapetão. Ah, porque o Luiz Henrique ganhou com uma grande diferença! Foi com menos de 3% dos votos. Mas o Décio Góes ganhou do Antoneli com quase 10% de diferença e Eduardo Moreira, Luiz Henrique e tantos outros foram lá levantar o braço do Antoneli, quando tomaram a cadeira de Décio Góes, nessa linha deles. Aí podia, não é? Para tirar o mandato do Décio Góes a lei serve, mas para tirar o mandato de Luiz Henrique não pode, porque ele é do todopoderoso PMDB. Parece até que o PMDB está acima do bem e do mal, deputado Pedro Uczai.

E agora vem o mais interessante: os advogados da coligação Todos por Santa Catarina, que são mais de 50 advogados, do escritório Leite/Tosto/Barros Advogados Associados, de São Paulo, foram os advogados da campanha. Se é verdade quando o governador diz que a dona Ivete teve que vender o carrinho dela para pagar o advogado, imagino a frota que a dona Ivete teve que vender para contratar esses advogados em 2006. Foram mais de 50 no escritório, com a matriz em São Paulo, filiais no Rio de Janeiro, Brasília, Florianópolis e Recife. A dona Ivete deve ter vendido uma verdadeira frota, porque se agora para pagar um advogado em Brasília, lembrou o deputado Décio Góes, custa R\$ 2 milhões. Que carrinho caro este da dona Ivete!

Mas os advogados na época entraram com uma ação durante a campanha contra o candidato Esperidião Amin e contra o jornal *Gazeta de Joinville*, dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"Objeto da ação

Trata o presente pedido de investigação judicial, tendo em vista o fato do candidato Esperidião Amin estar se utilizando indevidamente de meio de comunicação para promover a sua campanha e prejudicar a campanha de seu maior oponente, o candidato Luiz Henrique da Silveira. Candidatos da coligação representante, procurando assim viciar a vontade popular, desequilibrar o pleito vindouro e evidentemente beneficiar-se".

No tocante à denúncia, é certo que os jornais que ostentam maior destaque são o *A Notícia* e o *Diário Catarinense*. Mas foi o jornal a *Gazeta de Joinville*, influente jornal com tiragem superior a 20 mil exemplares, que divulgou a entrevista do candidato Esperidião Amin. Por isso a coligação do candidato Luiz Henrique da Silveira requereu a cassação do registro da candidatura de Esperidião Amin.

O mesmo artigo que nós usamos para denunciar eles utilizaram para entrar com cinco processos para cassar a candidatura de Esperidião Amin. E aí podia, deputados Jailson Lima, Dirceu Dresch, meu líder Silvio Dreveck e Reno Caramori?! Usar a lei, deputado Kennedy Nunes, para cassar a candidatura de Esperidião Amin podia, mas para cassar Luiz Henrique não pode!

Vamos ouvir a reportagem do TSE sobre o assunto.

(Procede-se à execução de vídeo.)

Catarinenses, quem está cassando o mandato de s.exa., o governador Luiz Henrique, não é o PP. Quem está cassando é o Tribunal Superior Eleitoral, maior corte da Justiça eleitoral deste país que, por três votos a zero, até aqui, está decidindo pelo afastamento do governador, como vimos, por uso da máquina em sua campanha.

Vamos debater o mérito, deputados defensores do governo. Por que v.exas. não falam do mérito? Vamos falar do mérito e aguardar que a Justiça soberanamente decida e que nós, homens comuns, possamos cumprir a lei. Assim como o deputado Décio Góes teve que cumpri-la, que Luiz Henrique também a cumpra!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Aleesc Digital, servidores e servidoras deste poder e demais servidores públicos do estado de Santa Catarina, gostaria de tratar de dois assuntos na tarde de hoje. O primeiro deles esteve e está no noticiário em todo o Brasil, ontem e hoje, e aqui no estado de Santa Catarina também tem sido muito falado na imprensa estadual, e desde ontem inclusive na imprensa mundial, tratando da suposta renúncia de Fidel Castro.

Esse tema já foi abordado há um ano e meio quando, por motivo de saúde, Fidel Castro afastou-se da Presidência da República, notícia que tomou o mundo também, como se fosse haver uma transição em Cuba. E diziam que Fidel não agüenta mais, que Fidel está caindo; portanto, não haverá mais socialismo em Cuba. Agora, com essa decisão, conseqüente, aliás, todas as notícias voltam. E é claro, nós queremos debater um pouco essas questões.

Primeiro, não houve renúncia. Ele simplesmente abdicou do direito de concorrer na Assembleia Nacional Cubana, eleita no último mês de janeiro, por 95% da participação da população, num país onde o voto não é obrigatório. Ele foi eleito um dos parlamentares, eleito pelo seu distrito, pois lá a eleição é distrital. E agora ele está dizendo que não quer e não aceita concorrer ao cargo de chefe do conselho do estado e a comandante chefe das forças armadas.

Naturalmente, que sabíamos disso há muitos anos, primeiro, porque Fidel Castro não é eterno, é um ser humano, segundo, porque 49 anos de revolução não se apagam pela vontade de um presidente dos Estados Unidos, porque já se passaram dez anos desses quase 50 anos de revolução. Todos eles tentaram derrubar a revolução em Cuba, inclusive tentaram assassinar o presidente Fidel Castro mais de 160 vezes, e nenhum deles conseguiu. Isso significa que os cubanos sabem o que estão fazendo e que estão preparados para defender a sua revolução sem Fidel Castro.

A mensagem de Fidel Castro ao povo cubano e ao mundo, que está na imprensa do mundo hoje, inclusive aqui em Santa Catarina o *Diário Catarinense* reproduziu parte, é de uma serenidade, de uma clareza política e de uma tranquilidade de quem sabe que cumpriu o seu papel na história e que continuará cumprindo. No entanto, ele está sem condições físicas de estar à frente dos processos de defesa da continuidade da revolução cubana.

Já foi falado aqui pelos deputados Pedro Uczai e Dirceu Dresch, da importância das conquistas da revolução. E é comum nós, brasileiros, buscarmos comparar Cuba com Nova Iorque, com Paris, com Miami ou mesmo com São Paulo, com Rio de Janeiro ou com Florianópolis. E essa comparação é injusta, porque as condições históricas de esfoliação do povo cubano colocam aquela nação na condição do Haiti, da Jamaica, que são os países que estão ali do lado.

As condições de desenvolvimento histórico de Cuba sequer são iguais ao do Brasil, da Argentina, do México. Têm que ser comparadas com o Haiti, que fica ali do lado. Vejamos a situação do Haiti, a situação da Jamaica, da República Dominicana, daqueles vários países do Caribe que sequer nós conhecemos o nome. Se não fosse a revolução nem saberíamos o nome de Cuba nem saberíamos quem ganhou a medalha olímpica, porque não participaríamos da olimpíada. Nós não saberíamos quem possui a melhor medicina do mundo, porque teria a pior medicina do mundo, assim como o Haiti tem. Não saberíamos quem tem a melhor educação do mundo, porque teria a pior educação do mundo.

Então, se as condições de desenvolvimento histórico de Cuba não são sequer iguais às do Brasil, não serão também com a França, com Paris, com Nova Iorque. Cuba não pode ser comparada com a realidade dos povos desses países. Havana não pode ser comparada com São Paulo, tem que ser comparada com Porto Príncipe ou com o Haiti, que fica ao lado. E essa é uma condição absolutamente necessária de ser avaliada por qualquer intelectual que não coloque a ideologia antes da objetividade, da razão.

Assim sendo, a revolução cubana vai continuar, e nós vamos continuar a apoiá-la. Assim, de antemão quero deixar subscrita, com toda satisfação, junto com o deputado Pedro Uczai e outros deputados que queiram, uma moção que vai pedir a revisão do processo contra os cinco cubanos que estão presos injustamente, de forma arbitrária, nas prisões dos Estados Unidos, porque estavam lá defendendo o povo cubano, inclusive o povo norte-americano, especialmente o de Miami, contra o terrorismo. Era isso que estavam fazendo lá e por isso estão presos, injustamente, há dez anos nas cadeias dos Estados Unidos, com um processo absolutamente arbitrário, sem direito a receber visita de familiares.

Se o Busch quer acabar com as prisões políticas em Cuba, ele tem que tirar de lá os seus presos políticos, porque esses é que são os presos políticos de Cuba. Aqueles que vieram lá do Oriente Médio, do Iraque, do Afeganistão, que estão na base militar dos Estados Unidos em Guantánamo, na ilha de Cuba, que estão lá há cento e poucos anos, já deveriam ter ido embora há muito tempo. Esses são os presos políticos que estão em Cuba.

O cinismo do sr. George Busch precisa ser respondido. Os presos políticos de Cuba são os presos do Busch, que estão na base militar de Guantánamo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Pedro Uczai, antes de conceder um aparte a v.exa., eu queria rapidamente anunciar que a partir de amanhã, até o dia 28 de fevereiro, este parlamentar estará participando do II Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana - CCB -, na cidade de Quito, no Equador. Um evento que vai reunir as principais forças políticas da América Latina, do Caribe, que defendem a soberania do continente, que defendem a pátria grande e latino-americana contra o imperialismo que quer nos empurrar as suas mazelas, os seus crimes e as suas guerras.

Em geral, são as forças que participam da alternativa bolivariana para as Américas, a Alba, defendida por Hugo Chavez, Fidel Castro, pelo presidente do Equador, pelo presidente da Bolívia, Evo Morales. Eles vão tratar nesse encontro (ninguém vai fazer política ideológica) de assuntos que são discutidos aqui, no Congresso Nacional e em qualquer parte do mundo. O temário do evento vai ser o seguinte: a desertificação, deputado Professor Grando, os desertos verdes pelos pinheirinhos e pelos eucaliptos, o petróleo, o gás e hidrocarbonetos em geral, os biocombustíveis. Vão discutir também a respeito da Amazônia, sobre os países que compõem a Amazônia, o corredor biológico mesoamericano, o manto Aquífero Guarani. Nós temos até um fórum permanente na Assembleia Legislativa que trata disso. Enfim, vão ser discutidos temas da mais absoluta importância não para a Bolívia, para o Equador, para a Venezuela, para Cuba, mas para todos nós, latino-americanos em geral, ou para o mundo em geral, para a humanidade em seu conjunto e para o Brasil, evidentemente, em particular.

E eu falava ontem da soberania no controle das reservas de petróleo no Brasil, assunto este que também vai ser debatido. A possibilidade de os nossos países defenderem as suas reservas naturais de energia, de água, de florestas, vai ser o debate do II Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana, e nós retornaremos para dar o conteúdo das resoluções desse importante congresso que irá ocorrer na cidade de Quito, repito, a partir do dia 22 de fevereiro até o dia 28.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha, funcionários da Casa, colegas de imprensa, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, sinceramente eu tenho, desde quinta-feira, depois do voto do ministro, lido, ouvido e falado pouco, até porque para mim, deputado Silvío Dreveck, essa situação é bastante delicada pelo fato até de a minha base eleitoral ser em Joinville.

O que sinto é diferente de qualquer outro parlamentar aqui dentro, até mesmo dos deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, que são da base do governo.

Foi este deputado que a cidade de Joinville escolheu para ser deputado de Oposição ao governo nesta Casa. A urna disse isso, e eu respeito muito. Então, a minha condição é diferente.

Em princípio, antes de chegar a esta Casa, eu estava somente lendo e ouvindo comentários de colegas jornalistas na rádio, na televisão e no jornal. Pensava eu que, ao chegar neste Parlamento, tendo aqui pessoas de formação em Direito, em Medicina, em Administração, pessoas que passaram pelo crivo do voto para chegarem aqui e assumir uma cadeira na mais alta câmara do Parlamento deste estado, ao chegar aqui na sessão de terça-feira e na sessão de hoje eu iria ouvir dos meus nobres pares parlamentares opiniões baseadas naquilo que é a nossa bíblia.

A bíblia do político está aqui, sr. presidente: a Lei Eleitoral n. 9.504. Esta é a bíblia do político. A lei do cidadão é a Constituição Federal. A bíblia do político é esta aqui. É por esta bíblia da lei eleitoral que chegamos aqui, à composição das cadeiras dos Paramentos, à divisão do tempo dos partidos na televisão e no rádio, colocando regras no processo de eleição.

Então, por eu entender que todos que chegaram a esta Casa pelo menos algum dia leram a lei eleitoral, eu pensava que o papo aqui seria diferente. Não desses papos que ouvimos em mesa de bar. Nós não estamos em uma mesa de bar, estamos representando a comunidade de cada um de nós. O nosso papo, o nosso comentário nesta tribuna tem que ser além do papo do bar, do boteco. Nós somos em 40 deputados aqui representando o estado e se usarmos esta tribuna para falar, bater papo de boteco, como num *happy hour*, depois de uma cerveja, aí complica.

Existe a lei eleitoral, existe o Código Penal, que estão aqui; existe o Código Civil, que está aqui; existe o Código Tributário e outros códigos que regem a boa ordem de uma nação. E estou falando isso sabem por que, srs. deputados e catarinenses? Porque tudo que o meu ouvido ouviu até agora da base de governo de defesa é balela, pura balela! Ninguém que vem aqui fazer uso do espaço para falar esse assunto está entendendo o processo ou então está querendo desvirtuar o processo. Como foi dito aqui já, estão sendo julgados no Tribunal Superior Eleitoral crimes eleitorais feitos pelo candidato, crimes contra a lei eleitoral, como está previsto aqui no Código Civil, no Código Penal e em outros códigos que tentam reger uma nação.

O mesmo crime lembrado aqui pelo deputado Joares Ponticelli, que a coligação Todos por Santa Catarina entrou contra um jornal de Joinville, o jornal *Gazeta de Joinville*, que não foi só a ação para cassar o registro, não! Foi muito mais do que isso!

Deputado Elizeu Matos, a Polícia Militar esteve 48 horas lá em Joinville, na frente da sede do jornal, para cassar e fazer busca e apreensão. E isso mesmo! O seu candidato na época a governador e hoje governador colocou o seu aparato policial para prender as pessoas que faziam o jornal! Por quê? Com certeza não estavam, no que o ministro diz, na relação de jornais que publicaram coisas boas sobre o candidato Manoel Mota. Aí quem não entra no barco, a polícia vai lá e tenta prender.

O jornal *Gazeta de Joinville* recebeu cinco ações do PMDB durante a campanha. Ganhou todas! Todas! Inclusive as ações que vocês entraram contra o jornal para não publicar a foto do Aldo Hey Neto, que saiu com R\$ 2 milhões do governo! Ganhou até na ação que recebeu para não publicar a foto do vice-governador ao lado de alguém acusado por tráfico de drogas. Ganhou todas as ações! E pelo mesmo crime que a coligação Todos por Santa Catarina disse que foi cometido eles estão sendo agora julgados.

Srs. deputados, o governador na época, Eduardo Pinho Moreira, mandou para esta Casa um projeto isentando os motociclistas. Até aí não há nada demais. O que o Tribunal está julgando, deputado Silvío Dreveck, é que no mesmo instante em que o governador manda para esta Casa essa lei, o então candidato coloca no seu programa eleitoral que já está lá a lei. O crime é esse! O crime do dinheiro da publicidade não é o valor, mas a forma como foi usado. E nós fomos leais à lei, não incompetentes. Usamos o dinheiro para a publicidade e não tivemos problema algum, porque não usamos de forma pessoal, que é o crime que vocês estão respondendo.

Então, venho aqui de uma forma muito clara esclarecer à sociedade catarinense, que estão querendo ir para o lado emocional, para o lado do coitadinho, para o lado da folha corrida. Não estou aqui para dizer isso, até porque o governador Luiz Henrique da Silveira é uma pessoa digna, honrada. Não tenho nada a dizer contra o cidadão. Agora, não é porque ele é uma pessoa digna, honrada, que está acima da lei para descumprir a bíblia do político, que é a lei eleitoral. Quer dizer, então, deputado Silvío Dreveck, que se uma pessoa foi boa a vida toda quando comete um crime vai ser perdoada, porque foi a vida toda boa?

O Tribunal Superior Eleitoral não está julgando o pedido de cassação da coligação Salve Santa Catarina. O Tribunal Superior Eleitoral, os ministros, não estão julgando a vida de um político; não estão julgando o trabalho de um político; não estão julgando a história ou a sua ficha corrida; não estão julgando quantas vezes ele foi prefeito, deputado estadual, federal, governador; não estão julgando o caso da descentralização. O que o Tribunal Superior Eleitoral está julgando é o crime eleitoral, esta é a palavra: crime! E quem comete crime deve ser punido e pagar a pena, independentemente se foi bom ou não!

Se ele cometeu crime no Código Civil, tem de pagar! Se ele cometeu crime no Código Tributário, tem de pagar! Se ele cometeu crime no Código Penal, tem de pagar, como também no Código Eleitoral, se cometeu crime. Esta é a verdade para Santa Catarina, o resto, a falação que virá depois será tudo balela! É mostrar que não estão preparados para enfrentar a lei. A lei nós fazemos. Nós, parlamentares, fazemos a lei e temos que cumpri-la.

Por isso venho aqui para fazer este esclarecimento de que o Código Eleitoral existe e deve ser cumprido.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quando eu me propus a trabalhar nesta Casa, de uma maneira ou de outra, eu nunca cheguei a pensar, e quero fazer este depoimento, que esta Casa fosse uma mesa de bar. E eu cheguei aqui como as pessoas nos conhecem na serra, deputado e líder Manoel Mota, da maneira do cidadão Elizeu. Foi dessa maneira que eu recebi os meus votos.

Eu assumi um compromisso, deputado Kennedy Nunes, com o meu povo de que, em hipótese alguma, mudaria meu jeito de ser por estar aqui. Eu seria o mesmo Elizeu de antes da campanha. Eu não mudaria o meu jeito de viver e de ser por estar num momento passageiro como deputado. Mas também assumi um compromisso comigo de quando ocupasse esta tribuna, quando estivesse nesta Casa representando o meu povo, iria trabalhar de acordo com a minha consciência de discernimento, com a minha consciência de pensamento. Por isso estou aqui.

E quero dizer, em respeito a esta Casa, que não estou aqui para falar balelas nem para confundir alguém. E não podemos armar aqui essa confusão que eu já vi hoje. Daqui a um pouquinho, deputado José Natal, vão confundir coco de grilo com crocodilo.

Então, mistura-se, mais uma vez aqui, e isso eu ouvi dos deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes, campanha institucional do governo, antes do período eleitoral, com processo no período eleitoral. Está-se misturando tudo! O que se está falando diz respeito à propaganda institucional do governo do estado fora do período eleitoral, do processo que a coligação Todos por Santa Catarina deu entrada no período eleitoral.

Há uma lei que v.ex.a. mostrou ao deputado Kennedy Nunes, que é a Lei n. 9.504, com resolução do TSE, que é bem clara e define o período eleitoral. Estão fazendo uma verdadeira confusão. E o deputado Joares Ponticelli ocupou hoje a tribuna e disse que não são eles que querem tirar o governador Luiz Henrique. Até ontem era. Que não é o Esperidião Amin que quer tirar o governador Luiz Henrique. Não são eles, pois antes achavam que o tapetão arrumava o Amin aqui. Agora, já descobrimos que pode haver uma nova eleição. Já descobrimos que pode haver uma nova eleição. E eles sabem que numa nova eleição é o povo quem escolhe e sabem da dificuldade que o partido do sr. Esperidião Amin, homem do tapetão, tem com o povo.

Por isso, meu líder, deputado Manoel Mota, temos que esclarecer, não podemos confundir. Tenho uma grande convicção de que nesse processo que foi enviado a Brasília, com certeza enviaram um monte de confusão para dar um nó na cabeça dos ministros que não conhecem a realidade de nosso estado em cima de escritas, porque têm a coragem, aqui na nossa frente, deputado Peninha, de querer nos confundir, de confundir a pessoa, o cidadão que está em casa, misturando alhos com bugalhos.

Ontem, para se ter uma idéia, o deputado Joares Ponticelli disse que está-vamos fazendo um repúdio ao Tribunal. Não vamos confundir! Existe uma lei? Existe! Estou achando, deputado José Natal, pelos discursos que ouvi aqui, que quem quer tirar o governador do poder, através do tapetão, deve ser o sr. "Zé dos Anzóis", porque agora já não são eles.

Temos que ter seriedade! Não podemos aqui brincar de legislar, temos que ter seriedade e falar a verdade - e isso o deputado Kennedy Nunes cobrou nesta tribuna - de discutirmos, talvez da nossa maneira, do nosso jeito, mas discutirmos a verdade. Porém, o que ouvi aqui foi um monte de inverdades. Ouvi, também, o deputado falar que chegamos aqui pelas urnas. Nós chegamos aqui pelas urnas, e o governador também. Foi pelas urnas que o governador foi eleito, foram os catarinenses que disseram que ele deveria continuar sendo governador. Não foi o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, nem o deputado Professor Grando que disseram: "Luiz Henrique você é o governador". Foram um milhão e seiscentas mil pessoas neste estado que disseram: "Nós precisamos do Luiz Henrique governador".

Foi um pleito diferente, e não podíamos chamar o Luiz Henrique de governador e sim de candidato no processo de reeleição, porque ele renunciou ao mandato para concorrer em igualdade de condições. Esse é o crime! Esse deve ser o crime de Luiz Henrique! Talvez seja esse o crime, não sei, porque não consigo achar o crime.

Existe gente que tem um apego muito grande ao poder - e isso vem de história. É uma história de vida o apego pelo poder, é aquela história de vida de antigamente quando o apego pelo poder era bem mais fácil - era nomeado, era designado, não era eleito. A partir do processo democrático, a partir da redemocratização deste país, os mandatários passaram a ser escolhidos pelo povo. Mas ainda existe gente que tem dificuldade em aceitar a decisão do povo, é apegado, quer ao poder a qualquer custo e por qualquer lei, mas sabe que através do povo está difícil, então, só existe uma maneira, o tapetão. E o tapetão tem nome: quem quer tirar Luiz Henrique da Silveira, vamos dizer para todos os catarinenses, chama-se Esperidião Amin, o ex-governador, sim, senhor, não o sr. "Zé dos Anzóis" lá do interior, não. É o sr. Esperidião Amin que pensa que vai ganhar o governo no tapetão. Mas para assumir o governo só através das urnas. Esse é o nosso recado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado!

V.Exa. esclareceu com detalhes a confusão que está havendo na questão da propaganda institucional do governo com a política eleitoral, ou a lei eleitoral. E o deputado Kennedy Nunes chegou querendo dizer para Santa Catarina que ele entende de tudo, que ele fez certinho. O que não foi feito pelo partido dele na época.

Mas eu quero falar sobre aquilo que me trouxe a esta tribuna hoje à tarde. O crime é um cidadão que levou dinheiro público sem trabalhar, alegando que havia feito, mas que fez diferente. O crime é esse! E esse é o cidadão que serve de testa-de-ferro para buscar um mandato legitimado das urnas pela população de Santa Catarina. Todos sabem que esse é o crime que realmente aconteceu. Lesaram os cofres públicos e agora querem pregar a moralidade para quem realmente faz a diferença! Então, quero dizer a v.exa. que eu não sei mais o que é política. Não sei, realmente, mais o que é política.

Agora, com certeza absoluta, haverá, neste processo, de vir à tona a realidade de que o governador de Santa Catarina não cometeu nenhuma irregularidade político-eleitoral. Com certeza absoluta nós haveremos de lograr sucesso, porque os fatos vão ser esclarecidos. O que está havendo são interpretações de tudo quanto é tipo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do deputado José Natal e quero dizer para o telespectador em casa que para mim o único crime do Luiz Henrique foi ter levado o desenvolvimento por toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até 10 minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro do aniversário do deputado Dagomar Carneiro, que nos está oferecendo um comes e bebes, pois fez aniversário no domingo o nosso companheiro, grande deputado da região de Brusque, que com certeza vai fazer a diferença.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho a esta tribuna para poder reparar alguns erros, distorções, que tentam implantar, através da TVAL, em Santa Catarina, faltando com a verdade e comprometendo, inclusive, o nosso Poder.

Hoje, primeiro, foi o eminente líder deputado Silvío Dreveck, que falou sobre o risco, a preocupação das associações comerciais e industriais de Santa Catarina, que fizeram manifestação em apoio ao eminente governador Luiz Henrique da Silveira.

Não foi uma, não, deputado Silvío Dreveck, foram todas, de ponta a ponta de Santa Catarina, que não aceitaram a forma como estão conduzindo o processo, para tentar afastar o governador Luiz Henrique.

Quanto à Federação dos Lojistas de Santa Catarina, não precisou nem pedir, fez com consciência, com tranquilidade e com amor, em nome do estado, a mesma declaração. Esse, deputados José Natal e Professor Grando, é o sentimento do povo de Santa Catarina, que eles colocaram através daquele movimento.

Então, é preciso que a sociedade esteja atenta para que pessoas que vêm aqui na tribuna dizer: em nome da verdade eu vou fazer o meu pronunciamento - e esse foi o eminente deputado Joares Ponticelli. Em nome da verdade ele tem que vir aqui e pedir desculpas, porque através de uma ação na Justiça o eminente ex-governador, hoje presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, recebe R\$ 10 mil. O deputado Joares Ponticelli vem aqui somente para enganar a sociedade, e ele sabe disso, para enganar o povo dizendo que são R\$ 25 mil.

Se eu não fosse um caminhoneiro, diria que ele faltou com a verdade, mas como sou um caminhoneiro, digo que ele mentiu para a população de Santa Catarina. E venha me desmentir, se eu não estiver falando a verdade!

Não podemos chegar aqui e dizer que está falando em nome da verdade e faltar com ela a todo instante. Não dá para aceitar!

Mas não dá para aceitar mesmo! Vem aqui dizer que o deputado Décio Góes foi cassado, mas o seu partido, deputado Joares Ponticelli, o PP, foi o primeiro a ingressar na Justiça para cassar o mandato do deputado Décio Góes. E vêm aqui enganar o povo! Pensam que a população tem memória curta e não lembra e que nós aqui também temos memória curta e não lembramos tudo.

É preciso resgatar a verdade! É preciso que as pessoas, nesta tribuna, tenham mais convicção daquilo que dizem, para que não haja esse destempero. É preciso que a verdade seja colocada aqui a cada instante.

Gostaria de dizer também, em primeiro lugar, que o ex-governador Esperidião Amin não faz parte do processo. E foi dito aqui, em outra oportunidade, que fazia. Cada momento é um momento!

É como o seu advogado, Gley Fernando Sagaz, que disse no início do programa *Palavras Cruzadas*, da TVCOM, que foi uma ação dele, e no final do programa, temos gravado em nosso gabinete, disse que era uma ação da coligação Salve Santa Catarina. Então, quem falta com a verdade se perde a cada instante, a cada momento!

Em primeiro lugar, pensavam que se afastassem o governador, o segundo assumiria. Agora, já sabem perfeitamente que nada disso irá acontecer, e aí estão tentando enganar a sociedade catarinense através de discursos que faltam com a verdade a cada instante.

Estou vendo o eminente deputado Kennedy Nunes neste momento comendo um bolinho. Ele que pertence a uma igreja sagrada e que falou aqui, em nome da Bíblia, precisa saber que as urnas já falaram tudo: a derrota vexamosa do seu candidato para o governador Luiz Henrique da Silveira, em Joinville.

Quem pode determinar algo à polícia, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário? Agora, dizer que o governador mandou, é faltar com a verdade! E ele disse que falou em nome da Bíblia! Ele precisa se confessar e pedir perdão na igreja, porque não pode vir aqui, na emoção, faltar com a verdade.

Quero dizer que essa prática de tentar ganhar as eleições no tapetão, deputado Elizeu Mattos, começou pela prefeitura de Florianópolis. Quando perderam a eleição, foram para o tapetão. Perderam de novo e foram para o tapetão, novamente. Perderam no Tribunal Regional Eleitoral, foram para o Tribunal Superior Eleitoral e perderam. Estão fazendo agora a mesma coisa. Sabe por quê? Porque não tem mais o sentimento da sociedade. Enganaram, mentiram, e a sociedade não quer mais saber. E aí, evidentemente, que ficam desesperados tentando buscar uma eleição no tapetão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa., porque tenho certeza de que vai contribuir muito com o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Agradeço, deputado Manoel Mota.

Acho que a verdade tem de ser colocada. Essa história de que ninguém quer tirar o governador, agora já mudou o discurso, porque o Esperidião Amin não quer o governo.

Mas eu quero lembrar a quem está nos assistindo e aos nobres deputados que no final da semana passada o Partido Progressista teve um encontro na cidade de Lages, onde estava o seu chefão, que quer tomar o poder através do tapetão, o Esperidião Amin. Estavam todos em Lages, num encontro, e lá foi feita uma verdadeira festa de aplausos ao Gley Sagaz pela conquista, pela vitória, porque ia ter um novo governador.

Pelo amor de Deus! Foi na sexta-feira. Agora que o povo começou a se revoltar já não é mais nós. Agora que descobriram que não é bem assim a situação, já começaram a mudar o discurso. Os serranos, os lageanos, sabem o que aconteceu em Lages, um ato de aplauso pela retirada do tapetão do governador Luiz Henrique.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero aqui poder mostrar o que disse o eminente deputado Joares Ponticelli para o jornalista Adelar Lessa. A matéria já é de três dias atrás: "O meu telefone não tem mais 'lepra', voltou a tocar, como nos tempos em que eu era líder do governo." O eminente deputado não recebia mais ligação, porque eles se distanciaram do povo, porque não têm propostas, porque são vazios, porque não apresentam projeto, não apresentam alternativa. E estão pagando, distante do povo. Vão buscar a sociedade para depois querer buscar o governo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Genésio Goulart.

Na ausência do deputado Genésio Goulart, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Antes, porém, com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O deputado Manoel Mota fez referência à minha pessoa e à minha igreja, que eu estava comendo bolo... Na minha igreja não pode beber, mas comer bolo pode, deputado. Aliás, estava uma delícia o bolo do deputado Dagomar Carneiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Na ausência do deputado Professor Grando e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 015-DL, de 28 de fevereiro de 2007.

Substitui o Deputado João Henrique Blasi, na Corregedoria da Assembléia,

pelo Deputado Hemeus de Nadal, ficando assim constituída:

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Hemeus de Nadal

Deputado Joares Ponticelli

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EDITAL

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO DE SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA AFIPOLESC

A presidente da Associação dos funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC (AFIPOLESC), convoca os senhores associados para participarem da **Assembléia Geral Ordinária**, no dia 31 de março de 2008 (segunda-feira), às 14 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para **ALTERAÇÃO NO ESTATUTO** da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC (AFIPOLESC).

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008.

Lezir Maria Carpes

Presidente da AFIPOLESC

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 032/08

Institui a Loteria da Natureza no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Loteria da Natureza no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A Loteria da Natureza consiste numa modalidade de jogo do tipo loteria instantânea, destinada a arrecadar recursos destinados a:

- I - recuperação de áreas invadidas;
- II - compra de áreas particulares declaradas como de preservação ambiental;
- III - apoio a programas de reciclagem de materiais;
- IV - apoio a programas de educação ambiental;
- V - apoio a programas de reuso da água; e
- VI - outras atividades de defesa do meio ambiente.

Art. 3º A Loteria da Natureza destinará como prêmio os mesmos valores percentuais da estimativa de venda das demais loterias administradas pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Poder Executivo, por intermédio de seu órgão administrador de loterias, prestará contas anualmente a Assembléia Legislativa informando os valores arrecadados e onde foram aplicados.

Art. 5º A aplicação de recursos provenientes da Loteria da Natureza em atividades não amparadas pelo disposto no art. 2º desta Lei constitui infração grave, sujeitando à nulidade os atos legais praticados e à pena de demissão a quem der causa.

Art. 6º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente
Sessão de 26/02/08

JUSTIFICATIVA

A busca de soluções para os problemas ambientais faz parte da agenda global, repercutindo localmente por meio de ações empreendidas por governantes, pela sociedade civil e pela iniciativa privada. A Loteria da Natureza pode vir a ser um instrumento de captação de recursos financeiros que serão destinados aos programas e projetos ambientais no Estado de Santa Catarina. Esta iniciativa reproduz outras de natureza semelhante no Brasil e no exterior. Assim, submetemos a proposta à apreciação de Vossas Excelências, para análise e deliberação desta Casa de Leis.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 033/08

Dispõe sobre a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Parque Metropolitano da Grande Florianópolis na área de 21.395, 63 m² (vinte e um mil, trezentos e noventa e cinco metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, sob a matrícula n. 8.885, com as seguintes dimensões e confrontações: 67,84m (sessenta e sete metros e oitenta e quatro decímetros) de frente, a oeste, para a Rua Professor Egidio Ferreira; no lado direito, a nordeste, é formado por oito linhas, medindo a primeira 19,24m (dezenove metros e vinte quatro decímetros), a segunda 7,78m (sete metros e setenta e oito decímetros), a terceira 56,72m (cinquenta e seis metros e setenta e dois decímetros), a quarta 7,78m (sete metros e setenta e oito decímetros), a quinta 73,48m (setenta e três metros e quarenta e oito decímetros), a sexta 7,78m (sete metros e setenta e oito decímetros), a sétima 56,72m (cinquenta e seis metros e setenta e dois decímetros), a oitava 3,25m (três metros e vinte e cinco decímetros), estremando todas com a rua projetada "A" do Conjunto Habitacional Panorama; no lado esquerdo, a sudeste, em 117,06m (cento e dezessete metros e seis decímetros), estrema com a marginal da Via Expressa (faixa de domínio da BR-282; e fundos, ao sul, em duas linhas, a primeira medindo em reta 111,41 (cento e onze metros e quarenta e um decímetros) e a segunda em curva 95,61m (noventa e cinco metros e sessenta e um decímetros), estrema com a área atingida pelo sistema viário.

Art. 2º O Parque Metropolitano da Grande Florianópolis será implantado em conformidade com o projeto elaborado para o local pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul.

Art. 3º A criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis terá como objetivo promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades em seu entorno, ficando expressamente proibida à venda, alienação, doação ou permuta do imóvel objeto desta Lei.

Art. 4º Para fins de implementar a presente Lei, poderá o Executivo Estadual estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 5º As despesas com execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala de Sessões,
Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente
Sessão de 26/02/08

JUSTIFICATIVA

O projeto do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis foi elaborado por professores do curso de arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), sendo apresentado para a comunidade do bairro Monte Cristo, em meados de 2005.

Para a área, pertencente à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), elaborou-se um projeto, cuja comunidade participou ativamente para seu desenvolvimento, partindo dos anseios dos moradores daquela região.

Quadras poliesportivas, pista de skate, praça, ciclovias, instalações cobertas com auditório, salas de aula e centro comunitário, grande área verde, tudo foi elaborado de acordo com as necessidades da população local.

O propósito de tal iniciativa é promover a inclusão social no bairro Monte Verde e seus arredores, que hoje se encontra assolado pela violência. Em 2006, constatou-se que 50% (cinquenta por cento) das crianças de rua da grande Florianópolis são do Monte Cristo. Da população local, de cerca de 26 mil habitantes, aproximadamente 40% (quarenta por cento) são crianças, adolescentes e jovens de até 21 (vinte e um) anos.

Em que pese a excelência da iniciativa, e a evidente necessidade de uma área de lazer desse porte para a região, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), almeja vender o imóvel para cobrir dívidas da entidade.

A comunidade restou reagir com indignação. Com a sabença de que ao Estado cabe propor iniciativas de inclusão social, a população tem adotado medidas, como um abraço coletivo no terreno, objetivando impedir a venda.

O § 3º, do art. 217, da Carta Magna, preconiza que "o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social". Neste norte, pretende a proposição em epígrafe, a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis.

Hoje em dia, é comum as instalações culturais e de lazer estarem concentradas nas regiões centrais, longe das áreas carentes. Destarte, o Parque Metropolitano da Grande Florianópolis, contrariando esta lógica, será a maneira eficaz de se combater a violência do local, possibilitando ainda o pleno desenvolvimentos dos moradores daquela região.

Neste interím, solicito apoio na aprovação da matéria em análise, em observância a premissa constitucional que impõe ao Poder Público a adoção de medidas hábeis a promover a inclusão social.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 034/08

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens de óleos lubrificantes e adota outras providências.

Art. 1º As embalagens de óleos lubrificantes, em face do alto risco de contaminação do meio ambiente, devem ser devolvidas pelos consumidores aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, nos prazo de 60 (sessenta) dias, pra destinação final adequada.

Parágrafo único. Os pontos de vendas ficam obrigados a aceitar de seus consumidores a devolução das embalagens de óleos lubrificantes.

Art. 2º Os fornecedores e ou os fabricantes de óleos lubrificantes deverão recolher, nos pontos de venda, as embalagens de óleos lubrificantes coletadas.

Parágrafo único. As embalagens de óleos lubrificantes deverão ser recolhidas pelos fornecedores e ou fabricantes, nos pontos de venda, com a periodicidade mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 3º As embalagens de óleos lubrificantes deverão ser acondicionadas adequadamente nos pontos de venda e armazenadas de forma segregada, obedecidas às normas ambientais e de saúde pública, bem como as recomendações dos fornecedores e ou fabricantes. As iniciativas voltadas à prevenção e diagnóstico do câncer bucal poderão ser organizadas em conjunto com entidades ligadas à área da saúde e com o apoio das entidades de classe odontológica.

Art. 4º Os fornecedores e fabricantes deverão desenvolver campanhas publicitárias para esclarecer a população dos riscos ao meio ambiente e a importância da destinação final da embalagem contaminada com óleos lubrificantes.

Art. 5º Os fornecedores e fabricantes ficam obrigados a implantar sistema de reutilização, reciclagem ou destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

Parágrafo único. A reutilização, reciclagem ou destinação final deverá ser processada de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Art. 6º As embalagens de óleos lubrificantes, em face do alto risco de contaminação do meio ambiente, não poderão ser destinadas a aterros sanitários.

Art. 7º Compete à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, Polícia Ambiental e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, no limite de suas competências, exercerem a fiscalização relativa ao cumprimento desta Lei.

Art. 8º O não cumprimento das disposições desta Lei, sujeitará aos infratores à penalidade prevista nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente
Sessão de 26/02/08

JUSTIFICATIVA

O óleo lubrificante que fica como resíduo nas embalagens representa uma porcentagem ínfima do lixo, entretanto, o impacto ambiental que gera é muito grande, principalmente para reservas hídricas. Um litro de óleo automotivo polui um milhão de litros de água, formando, em poucos dias, uma fina camada sobre a superfície de mil metros quadrados e bloqueando a passagem de luz e ar. O efeito é o esgotamento do oxigênio na água devido à respiração de microrganismos, de animais e plantas. De acordo com estudos feitos por diferentes setores ligados à distribuição, os frascos de óleo lubrificante, quando descartados, ainda mantêm uma quantidade média de 3% do seu conteúdo na embalagem.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

Emenda ao Projeto de Lei n. 0516/07

Acrescente-se o art. 3º, abaixo discriminado, renumerando-se o artigo subsequente.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil."

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final conforme determina a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

SALA DAS SESSÕES, em Florianópolis, 21 de fevereiro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 516/07

Declara de utilidade pública a Associação Literária Florianopolitana, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Literária Florianopolitana, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de fevereiro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 002/08 EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA REQUERIMENTO

Os Deputados subscritores, nos termos do art. 40 e parágrafos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a instalação de Fórum Permanente que abordará o **Resgate da Cultura Germânica no Estado de Santa Catarina.**

JUSTIFICATIVA

No século 19 iniciou-se a imigração germânica no Sul do Brasil, aportando no Rio de Janeiro o veleiro "Anna Louise", trazendo um grupo de 09 famílias, totalizando 38 pessoas, destinado a uma colônia a ser fundada na região do Vale do Rio dos Sinos, na então Província de São Paulo, atual Estado do Rio Grande do Sul. A colônia recebera o nome de "São Leopoldo", em homenagem à imperatriz Leopoldina, que abraçara a causa imigratória com afinco, eis que o referido santo era o de devoção de Sua Majestade.

Em Santa Catarina, os primeiros imigrantes germânicos escolheram a região compreendida entre os Rios Marum e Cubatão para iniciar sua vida no Novo Mundo e, em 1829, foi fundada São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã do Estado.

Os imigrantes começaram a trabalhar, imprimindo as marcas de sua cultura e da sua terra natal. Essas marcas estão preservadas ainda hoje na arquitetura e na paisagem, onde casas com jardins floridos e igrejas localizadas sobre colinas tornam visível a presença da imigração germânica que se estende pelos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Angelina, Rancho Queimado, São Martinho, São Bonifácio, Rio Fortuna, Anitápolis e Antônio Carlos.

No decorrer dos anos, vários outros núcleos foram formados por famílias germânicas: Governador Celso Ramos, Pomerode, Indaial, Timbó, Alfredo Wagner, São Ludgero, Angelina, Grão-Pará, Corupá e Ibirama, sendo que alguns deles tornaram-se grandes pólos industriais, tais como Joinville, Blumenau, Brusque, Gaspar, São Bento do Sul e Jaraguá do Sul.

Em Geral, os imigrantes denominavam-se como "lavradores" para que pudessem ser aceitos nas colônias agrícolas criadas no Brasil, mas em seus países de origem muitos deles detinham conhecimento em ramo de atividade totalmente diverso, o que não tardou por se revelar. Assim, no campo econômico surgiram gigantes da indústria catarinense dentre essas famílias de pioneiros, cabendo apenas citar, a título de exemplo, os nomes de Hering, Duas Rodas, Wetzel, Renaux, Döhler, Schneider, Buch & Cia. Ltda, Schmidt, Buschle Lepper, Hoepcke, e tantos outros, cujos empreendimentos fizeram e fazem história.

O imigrante, todavia, não se satisfiz em transportar a si e sua família para a nova pátria que estava adotado como sua. Transplantou também seu apego incansável pelo trabalho e a busca incessante por novas tecnologias, tanto quanto sua cultura e seus costumes.

A imigração germânica trouxe uma contribuição nova para nosso Estado e nosso País, o rigor e a disciplina para o trabalho, uma visão de desenvolvimento, novos hábitos culturais e alimentares, além do arrojo da industrialização e a força da pesquisa científica.

A intenção de instituir esse Fórum é perpetuar o legado deixando pela cultura germânica, que mudou a história e o destino de Santa Catarina e contribuiu para a construção de um futuro promissor. O Fórum será um marco na busca das raízes germânicas, um resgate das tradições familiares, um retorno aos costumes saudáveis de nossos ancestrais imigrantes.

Tudo isso sem esquecer o fato de que somos, orgulhosamente, brasileiros, de nascimento e de coração! Mas o resgate do legado de nossos antepassados torna-se necessário, tanto para as gerações atuais como para as futuras, até mesmo como forma de dignificar a memória e o esforço daqueles bravos imigrantes que nos antecederam nesta terra.

Em face disso, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento da presente iniciativa e o necessário apoio à sua aprovação a fim de que seja instalado o Fórum Permanente de Resgate da Cultura Germânica em nosso Estado.

Sala das Sessões, em
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Darcí de Matos
Deputado Romildo Titon
Deputado Manoel Mota
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Silvio Drevech
Deputado Pedro Baldissera
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jandir Bellini

APROVADO EM SESSÃO
de 26/02/08

*** X X X ***